

# RELATÓRIO ANUAL DE AÇÕES DO GMF/TJGO

GRUPO DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO  
DO SISTEMA CARCERÁRIO E SOCIOEDUCATIVO

 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2024



**PODER JUDICIÁRIO**  
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

**150** anos  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO  
ESTADO DE GOIÁS  
#EmConstanteEvolução



**GMF**  
Grupo de Monitoramento  
e Fiscalização



# Índice



Composição do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - 01
Composição do GMF/GO - 02
Mensagem do Supervisor - 03
Mensagem do Coordenador - 04
Magistrados membros do GMF/GO - 05
Secretaria do GMF/GO - 06
Órgãos e entidades do sistema de justiça criminal - 07
Eixos de atuação do GMF/GO - 08
Lista de Siglas - 09
Contextualização - 10
O Papel do GMF/GO no Monitoramento e Fiscalização dos Sistemas Prisional e Socioeducativo - 11
Gestão da Secretaria-Executiva do GMF/GO - 12
Visita Técnica à Unidade Prisional Regional de Trindade - 13
Carlos França lança Projeto Resgatar com foco em reforçar os trabalhos de capacitação de Pessoas Privadas de Liberdade - 14
Fiscalização e Ações Estruturantes: Adequações no Sistema Prisional de Goiás para Pessoas em Privação de Liberdade com Transtornos Mentais - 15
Aprimorando a Execução Penal: Aula Inaugural e Lançamento de Obra na Escola Judicial do TJGO - 16
Diagnóstico e Recomendação de Uniformização dos Regimes Penais em Goiás - 17
Dia “D” de Saúde Mental - 18
Audiência Pública em Goiás Reforça a Dignidade e os Direitos Humanos no Sistema Prisional - 19
I Encontro Estadual do SINASE: Saúde Mental e Medidas Socioeducativas em Foco - 20
GMF e Instituições Debatem Supressões de Unidades Prisionais em Goiás - 21
Ampliação do Monitoramento Eletrônico no Sistema Penitenciário de Goiás - 22
A Reinserção Social pelo Trabalho e o Papel da Iniciativa Privada - 23
Recambiamentos - 24
Inauguração do primeiro Escritório Social do Estado de Goiás - 25
Acórdão n. 0006011-69.2023 - Conselho Nacional de Justiça - CNJ - 26

Atuação do GMF- GO para Gestantes e Lactantes - 27

Publicações Internas e Externas do GMF/GO - 28

Reuniões Realizadas pelo GMF/GO - 29

Ações do eixo prisional do programa FAZENDO JUSTIÇA - 30

Ações do eixo socioeducativo do programa FAZENDO JUSTIÇA - 31

Demonstrativo da População Carcerária (todos regimes) - 32

Comunicação de Irregularidades no Sistema Prisional - 33

Acompanhamento de Denúncias nos termos da Portaria Conjunta n. 12/2023 - 34

Acompanhamento de Denúncias por Temáticas 2024 - 35

Quantidade de Denúncias por Unidade Prisional em 2024 - 36

Inspeções Prisionais em Goiás: Atuação do GMF-GO na Garantia de Direitos e Melhoria do Sistema Penitenciário - 37

Galeria de Fotos - 38



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS**  
**GRUPO DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO E**  
**SOCIOEDUCATIVO - GMF/GO**

**COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS**  
**(BIÊNIO 01.02.2023 a 02.02.2025)**

**Presidente**

Desembargador Carlos Alberto França

**Vice-Presidente**

Desembargador Amaral Wilson de Oliveira

**Corregedor-Geral da Justiça**

Leandro Crispim

**Ouvidor do Poder Judiciário**

Desembargador José Sardinha de Moraes



## COMPOSIÇÃO DO GMF/GO

### **Supervisor**

Desembargador Fernando de Mello Xavier

### **Coordenador Estadual**

Dr. Fernando Oliveira Samuel

### **Juiz Auxiliar da Presidência**

Dr. Reinaldo de Oliveira Dutra

### **Juiz Auxiliar da Corregedoria**

Dr. Gustavo Assis Garcia

### **Coordenador Estadual da Infância e Juventude**

Dr. Lucas Siqueira

### **Assessores**

Leandro Pereira Cardoso

Luis Augusto de Carvalho

### **Secretários**

Caio Augusto Rodrigues Pedroso

João Pedro de Oliveira Cardoso

Laura Albuquerque Vasconcelos

### **Membros**

Dra. Vaneska da Silva Baruki

Dr. Eduardo Álvares de Oliveira

Dr. Decildo Ferreira Lopes

Dr. Fábio Gorni Borsato

Dra. Wanessa Rezende Fuso Brom

Dra. Christiana Aparecida Nasser Saad

Thiago Borges Dutra

Matheus Moreira Borges

### **Equipe Multiprofissional - Decreto N. 1.802/2021**

**Coordenadora:** Maria Nilva

**Assistente Social:** Márcia Oliveira Guimarães

**Pedagoga:** Gerzilei Rabelo de Almeida

**Psicólogo:** Paulo Marques Barbosa Júnior



# Mensagem do Supervisor:

"Apresento o Relatório das Ações - 2024, elaborado em conformidade com a Resolução 214/368 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Nesse período, nossa equipe demonstrou um compromisso incansável com a transparência, a justiça e a promoção dos direitos humanos, valores fundamentais para o aprimoramento contínuo do sistema judiciário. Realizamos mais de 18 inspeções em unidades prisionais, com o objetivo de avaliar itens sensíveis relacionados à dignidade humana, seguindo as diretrizes estabelecidas nos planos de trabalho do ano anterior. Todas as ações foram amplamente publicadas nos portais do Tribunal de Justiça de Goiás, garantindo transparência e promovendo o engajamento da comunidade jurídica e da sociedade.

Além disso, conduzimos investigações minuciosas, que resultaram na adoção de medidas corretivas essenciais para assegurar a integridade e a eficiência do sistema. Reafirmo, assim, nosso compromisso contínuo com a excelência e a ética na Supervisão do GMF/TJGO, sempre em busca de soluções eficazes para as intercorrências. Trabalhamos com afinco para honrar nossa responsabilidade institucional e promover a justiça em todas as suas dimensões”.

**Desembargador Fernando de Mello Xavier**



# Mensagem do Coordenador:

‘É com satisfação que destaco os avanços alcançados pelo GMF/GO, sempre orientados pela promoção dos direitos humanos, princípio fundamental para o aprimoramento do sistema judiciário. Estamos concluindo um ato normativo interinstitucional para tratar da supressão e interdição de presídios inadequados. Além disso, intensificamos o diálogo com a sociedade civil, com reuniões importantes junto à Associação de Familiares de Pessoas Privadas de Liberdade, reforçando nosso compromisso com a humanização do sistema.

Trabalhamos na uniformização dos regimes semiaberto e aberto, e promovemos melhorias nos atendimentos de saúde nas unidades prisionais. Também recebemos a representante nacional da Pastoral Carcerária e instituímos o Comitê Estadual de Políticas Penais, fórum estratégico para o desenvolvimento de políticas públicas.

Trabalhamos para a higienização do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP) e articulamos a instalação de dois presídios exclusivos para o público LGBT. Após constantes tratativas, acrescentamos 20% de tornozeleiras eletrônicas no Estado.

Estabelecemos reuniões regulares para o CEIMPA e realizamos um curso de 40 horas para magistrados da execução penal. Além disso, implantamos a Unidade de Monitoramento Eletrônico (UMF), seguindo a Resolução 364/2021.

Finalmente, o evento 'A Reinserção Social pelo Trabalho e o Papel da Iniciativa Privada' resultou na sensibilização do setor privado e abriu cerca de 400 vagas para egressos do sistema prisional, reforçando nosso compromisso com a reintegração social e uma justiça mais inclusiva."

**Juiz de Direito, Fernando Oliveira Samuel**

# Magistrados membros do GMF/GO



Reinaldo de Oliveira Dutra



Fernando Oliveira Samuel



Fábio Vinícius Gorni Borsato



Gustavo Assis Garcia



Christiana Aparecida Nasser Saad



Vaneska da Silva Baruki



Wanessa Rezende Fuso Brom



Lucas Siqueira



Decildo Ferreira Lopes



Eduardo Alvares de Oliveira



“Quero expressar minha gratidão pela oportunidade de trabalhar ao lado de juízes tão dedicados, cuja atuação qualificada é imprescindível para o sucesso de nossas ações.

O trabalho realizado por Vossas Excelências, tanto nas inspeções prisionais quanto nos comitês instituídos, tem sido exemplar, gerando impactos concretos e transformadores. Cada um de vocês desempenha um papel fundamental para a promoção da justiça e da dignidade. Seguimos juntos, fortalecendo esse compromisso com o nosso Estado e com a sociedade.”

Desembargador Fernando de Mello Xavier

# SECRETARIA DO GMF/GO

**Colaboradores: um pilar fundamental para a construção de soluções e resultados que fazem a diferença no âmbito da Justiça.**



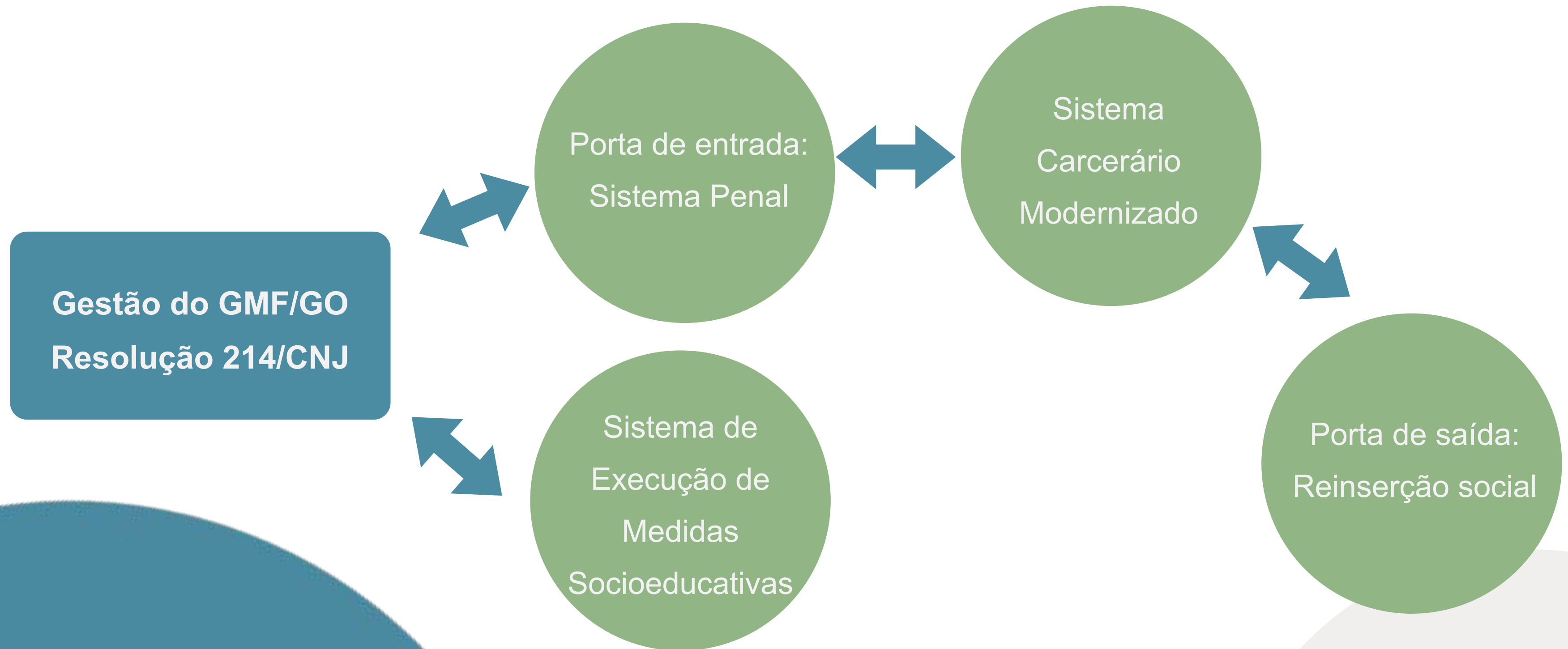
A Secretaria do GMF/GO desempenha um papel essencial no suporte às atividades do Grupo de Monitoramento e Fiscalização, garantindo que as ações e projetos sejam conduzidos com excelência e alinhamento aos nossos objetivos.

Os resultados alcançados refletem o comprometimento, a dedicação e o talento de toda a equipe, com profissionalismo e união, superando desafios e conquistando marcos significativos.

# ÓRGÃOS E ENTIDADES DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL



# EIXOS DE ATUAÇÃO DO GMF/GO



# Lista de Abreviaturas e Siglas

**ALEGO** - Assembleia Legislativa do Estado de Goiás  
**APEC** - Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada  
**BDICN** - Base de Dados da Identificação Civil Nacional  
**BNMP 2.0** - Banco Nacional de Monitoramento de Prisões  
**BNMP 3.0** - Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões  
**BNMPU** - Banco Nacional de Medidas Protetivas de Urgência  
**CC** - Conselhos da Comunidade  
**CGJ-GO** - Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás  
**CIAP** - Central Integrada de Alternativas Penais  
**CIME** - Central Integrada e Monitoramento Eletrônica  
**CIS** - Centro de Integração Social  
**CNACL** - Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei  
**CNDH** - Conselho Nacional de Direitos Humanos  
**CNIEP** - Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais  
**CNIUPS** - Cadastro Nacional de Inspeções em Unidades e Programas Socioeducativos  
**CNJ** - Conselho Nacional de Justiça  
**CPP** - Código de Processo Penal  
**CRAS** - Centro de Referência da Assistência Social  
**CRC-Jud** - Central de Informações do Registro Civil  
**DGPP** - Diretoria-Geral de Polícia Penal  
**DMF** - Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do Conselho Nacional de Justiça  
**DPE-GO** - Defensoria Pública do Estado de Goiás  
**ECA** - Estatuto da Criança e do Adolescente  
**EJUG** - Escola Judicial do do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás  
**ES** - Escritório Social  
**FUNAI** - Fundação Nacional dos Povos Indígenas  
**GMF** - Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas  
**GT** - Grupos de Trabalho  
**HC** - Habeas Corpus  
**IN** - Instrução Normativa  
**IPEA** - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
**JR** - Justiça Restaurativa  
**LGBTQIA+** - População lésbica, gay, bissexual, transexual, travesti, queer, intersexo, sexual e demais orientações sexuais e identidades de gênero

**MPGO** - Ministério Público do Estado de Goiás  
**NAI** - Núcleo de Atendimento Integrado  
**OAB** - Ordem dos Advogados do Brasil  
**ONU** - Organização das Nações Unidas  
**PCGO** - Polícia Civil do Estado de Goiás  
**PNAISP** - Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional  
**PNAMPE** - Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional  
**PNAT** - Política Nacional de Trabalho no Âmbito do Sistema Prisional  
**PNUD** - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
**PPL** - Pessoa privada de liberdade  
**PROAD** - Processo Administrativo  
**PROJUDI** - Processo Eletrônico do Judiciário de Goiás  
**RAESP** - Rede de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional  
**RAPS** - Rede de Atenção Psicossocial  
**RAS** - Rede de Atenção à Saúde  
**SEDS** - Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social  
**SEDUC** - Secretaria Estadual de Educação do Estado de Goiás  
**SEEU** - Sistema Eletrônico de Execução Unificado  
**SEI** - Sistema Eletrônico de Informações  
**SENAPPEN** - Secretaria Nacional de Políticas Penais  
**SES** - Secretaria Estadual de Saúde do Estado de Goiás  
**SINASE** - Sistema Nacional de Acompanhamento de Medidas Socioeducativas  
**SISDEPEN** - Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional  
**SISTAC** - Sistema de Audiência de Custódia  
**SSP** - Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás  
**STF** - Supremo Tribunal Federal  
**SIP** - Setor Interdisciplinar Penal  
**SUS** - Sistema Único de Saúde  
**TCT** - Termo de Cooperação Técnica  
**TJGO** - Tribunal de Justiça do Estado de Goiás  
**UFG** - Universidade Federal de Goiás  
**UP** - Unidade Prisional  
**VEP** - Vara de Execução Penal



# Relatório de Atividades 2024

## Ações e Resultados do GMF/TJGO:

O *Relatório de Ações* do Grupo de Monitoramento e Fiscalização (GMF/TJGO) tem como finalidade detalhar as atividades realizadas ao longo de 2024, em conformidade com as atribuições estabelecidas pela Resolução nº 214-368/2015 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Organizado por eixos temáticos, o relatório abrange as demandas que tramitam na Secretaria-Executiva do GMF, oferecendo uma visão abrangente das iniciativas conduzidas. Cada eixo contém dezenas de procedimentos, incluindo solicitações, investigações e diversas ações voltadas a temas específicos.

Durante o ano de 2024, houve uma intensificação significativa no saneamento das demandas recebidas, com ênfase especial no sistema prisional. Esse esforço reflete o compromisso contínuo com a melhoria das condições e a eficiência do sistema de justiça criminal.

O documento está disponível para consulta pública na aba do GMF dentro do site do Tribunal de Justiça de Goiás e serve como uma valiosa fonte de referência para magistrados, servidores, membros do sistema de justiça e a sociedade em geral.

O Relatório de Ações é uma ferramenta crucial, trazendo dados e diagnósticos que apoiam a criação de normativas e medidas no sistema carcerário e socioeducativo.

# O Papel do GMF/GO no Monitoramento e Fiscalização dos Sistemas Prisional e Socioeducativo

O Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (GMF/GO) foi instituído em conformidade com a Resolução nº 214, de 15 de dezembro de 2015, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Sob a supervisão da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO), o GMF tem a missão de fiscalizar e monitorar os sistemas prisional e socioeducativo, além de promover orientações para a prática jurisdicional nas áreas criminal, de execução penal e socioeducativa.

Uma das principais atribuições do GMF é a implementação de políticas judiciárias que visam à melhoria contínua desses sistemas, alinhando-se às diretrizes do CNJ. Esse trabalho envolve a realização de diagnósticos, o planejamento de melhorias e a promoção de medidas para erradicar práticas degradantes. Além disso, o GMF busca assegurar a aplicação de medidas alternativas à prisão, contribuindo para uma justiça mais humanizada e eficiente.

O monitoramento das condições nos estabelecimentos prisionais e socioeducativos é uma das atividades centrais do GMF. Essas inspeções têm como objetivo garantir a reeducação penal e a reintegração social dos indivíduos privados de liberdade. O grupo também acompanha de forma rigorosa os processos criminais e de execução penal, revisando prisões provisórias e definitivas, além de monitorar a aplicação de medidas de segurança.

Outro aspecto relevante do trabalho do GMF é a organização e execução de operações de fiscalização em estabelecimentos prisionais, audiências de custódia e locais de tratamento psiquiátrico, complexos de assistência médica e delegacias. Essas ações buscam aprimorar as rotinas administrativas e assegurar o cumprimento das normas legais.

Conforme relatado pelo CNJ, o trabalho dos GMFs nos tribunais estaduais é fundamental para o fortalecimento de políticas judiciárias baseadas em evidências. Por meio dessas práticas, o GMF/GO desempenha um papel estratégico na construção de um sistema de justiça mais eficiente, transparente e comprometido com os direitos humanos

# Gestão da Secretaria-Executiva do GMF/GO

<b>OBJETIVO</b>	<b>ATIVIDADES PRINCIPAIS</b>
<b>Acompanhamento, controle e execução de demandas que tramitam no Proad.</b>	Autuação, controle de demandas que chegam pelo PROAD/ Distribuição interna dos procedimentos/ Cumprimento de Despachos/ Decisões
	Acompanhamento contínuo de denúncias encaminhadas Auxílio aos Comitês temáticos do GMF Acompanhamento de reuniões Inspeções Prisionais

Tabela - 01

Entre os dias 06/01/2024 e 19/12/2024, foram gerados 272 novos procedimentos, abertos diretamente na unidade, através do recebimento de comunicações externas ou procedimentos próprios. É possível identificar que 66 processos foram recebidos pela Secretaria-Executiva, vindo de outras unidades do Tribunal de Justiça do Estado Goiás. Afere-se também que, ao final do corrente ano detectou-se 258 procedimentos encerrados dentre os autuados na secretaria, e os recebidos de outras unidades.

Na tabela abaixo, é possível considerar o expressivo aumento de processos gerados e encerrados, em comparação ao ano anterior. Quanto aos documentos gerados e recebidos também aumentou significativamente.

<b>ANO</b>	<b>PROCESSOS GERADOS</b>	<b>EM TRAMITAÇÃO</b>
<b>2022</b>	54	42
<b>2023</b>	153	86
<b>2024</b>	272	74

Tabela - 02



## Visita Técnica à Unidade Prisional Regional de Trindade-GO

Integrantes do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (GMF-TJGO) realizaram uma visita técnica à Unidade Prisional Regional de Trindade. A equipe, composta pelo desembargador Fernando de Mello Xavier, juiz Reinaldo de Oliveira Dutra, juiz Fernando Oliveira Samuel e juíza Vívian Martins Melo Dutra, avaliou as condições de infraestrutura, serviços penais e logística de acesso do presídio, que abriga 296 PPLs em regime fechado.

Durante a visita, foi debatida a possibilidade de desativação do prédio devido ao difícil acesso para familiares e à comunidade, além dos desafios logísticos para audiências de custódia. Entre os aspectos positivos, destacaram-se as atividades oferecidas aos reeducandos, como cultivo de hortaliças, trabalho em fábrica de cimento, e a presença de sala de audiência, escola e brinquedoteca.

O desembargador Fernando de Mello Xavier destacou o empenho da direção local e da Polícia Penal na manutenção das condições mínimas das PPLs, apesar das limitações. A visita foi considerada produtiva pelos membros do GMF, que avaliaram potenciais melhorias para atender de forma mais digna às pessoas em cumprimento de pena e a comunidade atendida pela unidade.





## Carlos França lança Projeto Resgatar com foco em reforçar os trabalhos de capacitação de Pessoas Privadas de liberdade

Em 1º de março de 2024, o presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO), desembargador Carlos França, lançou o Projeto Resgatar, uma iniciativa que visa ampliar a capacitação profissional de pessoas privadas de liberdade (PPL) no estado. O projeto é resultado de uma parceria entre o TJGO, a Diretoria-Geral de Polícia Penal (DGPP), o Ministério Público do Trabalho (MPT), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e outras instituições, com o objetivo de oferecer cursos profissionalizantes aos reeducandos, preparando-os para a reintegração ao mercado de trabalho após o cumprimento de suas penas.

Durante a cerimônia de lançamento, o desembargador Carlos França destacou a importância da iniciativa para a ressocialização dos internos, enfatizando que a qualificação profissional é fundamental para reduzir a reincidência criminal e promover a dignidade humana. O projeto prevê a oferta de cursos em diversas áreas, como construção civil, marcenaria e panificação, atendendo inicialmente a unidades prisionais de Aparecida de Goiânia, com a meta de alcançar mais de mil PPLs em todo o estado.

O Projeto Resgatar também busca envolver a iniciativa privada, incentivando empresas a oferecerem oportunidades de trabalho para os egressos do sistema prisional. Representantes do MPT e do SENAI reforçaram a relevância da parceria para a efetividade do projeto, ressaltando que a capacitação aliada à oferta de emprego é essencial para a verdadeira reintegração social dos reeducandos. A expectativa é que, com a implementação do Projeto Resgatar, haja uma significativa melhoria na qualidade de vida dos internos e uma contribuição efetiva para a segurança pública, por meio da redução da criminalidade.



## Fiscalização e Ações Estruturantes: Adequações no Sistema Prisional de Goiás para Pessoas em Privação de Liberdade com Transtornos Mentais

Após inspeção realizada na Casa de Prisão Provisória de Aparecida de Goiânia, foi constatada a presença de Pessoas Privadas de Liberdade com transtornos mentais severos, acomodados em celas individuais na ala originalmente destinada ao atendimento médico. Essa situação foi caracterizada como uma improvisação, uma vez que a estrutura é planejada para atender PPLs que necessitam de suporte psicológico, odontológico, social ou médico.

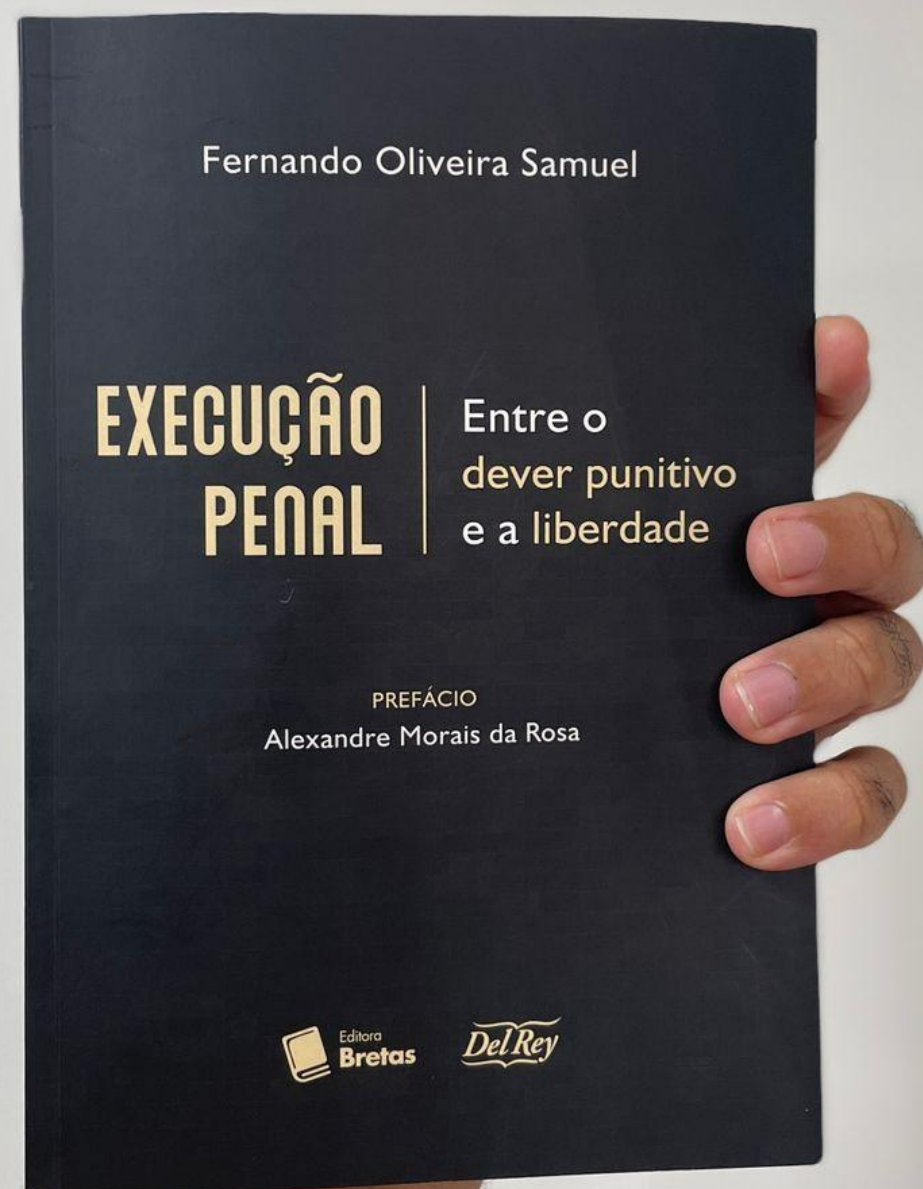
O levantamento, conduzido pela Diretoria-Geral de Polícia Penal do Estado de Goiás a pedido do GMF/GO, identificou a urgência de intervenções para adequar as condições aos parâmetros estabelecidos pela **Resolução 487/2023 do CNJ**.

Com o objetivo de promover maior conformidade com as normativas do CNJ, foi instaurado um processo de comunicação com os magistrados competentes, incentivando a adoção de medidas voltadas à adequada acomodação e acompanhamento desses PPLs.

Além desse levantamento, o GMF/GO promoveu cerca de **20** revisões durante o ano de 2024, reforçando o compromisso com a fiscalização e o aprimoramento das condições do sistema prisional. As ações do grupo têm sido fundamentais para a identificação de situações críticas e para o estímulo à tomada de providências que assegurem os direitos das pessoas privadas de liberdade, contribuindo para a melhoria contínua do sistema de justiça e do atendimento nas unidades prisionais.



## Aprimorando a Execução Penal: Aula Inaugural e Lançamento de Obra na Escola Judicial do TJGO



A Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (EJUG) promoveu a aula inaugural do curso "A execução penal e os serviços penais", realizada no auditório da escola. O evento foi aberto ao público geral e contou com o lançamento do livro Execução Penal - entre o dever punitivo e a liberdade, de autoria do juiz Fernando Oliveira Samuel. A iniciativa reuniu magistrados, acadêmicos e profissionais do sistema de justiça para discutir temas relevantes à execução penal.

A aula foi ministrada por magistrados renomados, incluindo Dr. Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi, coordenador do DMF/CNJ, que abordou o "Papel do CNJ para aprimorar o sistema de cumprimento de penas"; Des. Wild Afonso Ogawa, desembargador do TJGO, que discorreu sobre "Audiência de Custódia: questões contemporâneas e alternativas penais"; e o juiz Fernando Oliveira Samuel, coordenador do GMF-GO, que apresentou o "Papel do GMF, execução penal e prisão". Os temas destacaram as estratégias para modernização do sistema penal e a importância de alternativas à privação de liberdade.

O curso visa capacitar magistrados na adoção de metodologias e técnicas voltadas à promoção de alternativas penais e à articulação eficiente entre serviços penais e o Poder Judiciário. Com ênfase na redução do encarceramento e no fortalecimento do atendimento à pessoa custodiada (APEC) e dos grupos reflexivos, a iniciativa busca contribuir para uma abordagem mais humanizada e efetiva na execução penal no Brasil.



## Diagnóstico e Recomendação de Uniformização dos Regimes Penais em Goiás



O Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário de Goiás (GMF-GO) identificou a ausência de estabelecimentos penais adequados para o cumprimento de penas nos regimes aberto e semiaberto no estado. Essa situação tem gerado insegurança jurídica, como transferências indevidas de processos de execução penal e discrepâncias na aplicação dos regimes, com locais onde o regime aberto apresenta maior rigor do que o semiaberto. Diante dessa problemática, tornou-se imprescindível a adoção de medidas para garantir maior uniformidade e adequação ao cumprimento das penas.

Com base na Resolução n. 368/2021 do Conselho Nacional de Justiça, o GMF propôs um estudo abrangente, contemplando diagnósticos em 12 comarcas que representam as principais regiões do estado. Esse levantamento visou mapear as práticas adotadas e entender as dificuldades no funcionamento dos regimes aberto e semiaberto, oferecendo um panorama detalhado das inconsistências e desafios encontrados no sistema de execução penal em Goiás.

Após a conclusão do estudo, o GMF encaminhou o processo à Corregedoria-Geral de Justiça e à Presidência do Tribunal de Justiça de Goiás, resultando na edição da **Recomendação Conjunta n. 4 de 2024**. O documento visa estabelecer diretrizes para uniformizar os regimes penais no estado, promovendo maior coerência na aplicação das penas, reduzindo as transferências indevidas e assegurando os direitos das pessoas privadas de liberdade. Essa iniciativa reafirma o compromisso do GMF em fortalecer a gestão do sistema penal e garantir a segurança jurídica no cumprimento das penas em Goiás.

## Dia “D” de Saúde Mental

O Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário de Goiás (GMF-GO), em parceria com a Diretoria-Geral de Polícia Penal (DGPP), participou do **"Dia D de Saúde Mental"** no Presídio Especial de **Planaltina de Goiás**. A iniciativa, alinhada à Política Nacional de Atenção Integral e à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), visou promover a saúde mental dos internos, oferecendo atendimentos especializados e atividades terapêuticas.

Durante o evento, equipes multiprofissionais realizaram atendimentos psicológicos, psiquiátricos e oficinas terapêuticas, proporcionando um ambiente de acolhimento e cuidado integral aos internos. Essa ação conjunta entre GMF-GO e DGPP reforça o compromisso com a promoção da saúde mental no sistema prisional, reconhecendo a importância de um olhar humanizado e integral para a reintegração social dos privados de liberdade.

A colaboração entre GMF-GO e DGPP demonstra a eficácia de ações intersetoriais na implementação de políticas públicas de saúde no sistema prisional. Ao integrar esforços, as instituições buscam garantir o acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde, conforme preconizado pela PNAISP, contribuindo para a melhoria das condições de vida e saúde das pessoas privadas de liberdade em Goiás.



<https://www.tjgo.jus.br/index.php/institucional/centro-de-comunicacao-social/17-tribunal/28939-gmf-go-participa-do-dia-d-de-saude-mental-no-presidio-especial-de-planaltina-de-goias>



## Audiência Pública em Goiás Reforça a Dignidade e os Direitos Humanos no Sistema Prisional

O Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário de Goiás (GMF-GO) marcou presença em audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (ALEGO). O evento contou com a participação do juiz Fernando Oliveira Samuel, coordenador do GMF/GO, e teve como tema central a preservação da dignidade das pessoas privadas de liberdade no estado. Durante as discussões, foram abordadas questões relacionadas às condições de alimentação, vestuário, atendimento de saúde e medidas de prevenção à violência nos estabelecimentos prisionais, ressaltando a necessidade de melhorias estruturais e humanitárias.

A audiência pública destacou a importância de ações intersetoriais entre o legislativo e o judiciário na defesa dos direitos fundamentais das PPLs. A colaboração entre as instituições busca garantir políticas públicas eficazes e sustentáveis, que assegurem condições dignas de cumprimento de pena, alinhadas aos princípios constitucionais. O evento reforçou o compromisso conjunto em promover mudanças estruturais e normativas que garantam o respeito à dignidade humana no sistema prisional de Goiás.



## I Encontro Estadual do SINASE: Saúde Mental e Medidas Socioeducativas em Foco

O Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário de Goiás (GMF-GO) e a Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ) do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) uniram esforços para promover o “I Encontro Estadual do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo” (SINASE), realizado em 4 de junho de 2024. O evento, que contou com a participação de juízes do TJGO, teve como foco principal a discussão sobre saúde mental e o cumprimento de medidas socioeducativas por adolescentes. Essa iniciativa conjunta reflete o compromisso das instituições em abordar de forma integrada os desafios relacionados à juventude em conflito com a lei.

Durante o encontro, foram debatidos temas cruciais, como a necessidade de fortalecer a rede de apoio psicossocial para adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Os participantes enfatizaram a importância de garantir acompanhamento especializado e programas de intervenção que promovam o bem-estar emocional e o desenvolvimento saudável desses jovens. A atuação conjunta do GMF-GO e da CIJ foi fundamental para a realização do evento, demonstrando a relevância de uma abordagem integrada entre os setores de justiça, saúde e assistência social.



A colaboração entre o GMF-GO e a CIJ na organização do I Encontro Estadual do SINASE evidencia a importância de ações interinstitucionais para a efetividade das políticas públicas voltadas à infância e juventude. Ao promover debates e propor soluções para os desafios enfrentados no cumprimento de medidas socioeducativas, especialmente no que tange à saúde mental dos adolescentes, as instituições reafirmam seu compromisso com a promoção de uma justiça mais humanizada e eficaz.



## GMF e Instituições Debatem Supressões de Unidades Prisionais em Goiás



A atuação do GMF-GO em 2024 demonstra um compromisso contínuo com a melhoria do sistema prisional e a promoção da dignidade humana. Ao padronizar os procedimentos e promover uma abordagem integrada, o grupo busca mitigar os impactos das supressões tanto para as PPLs quanto para a sociedade, alinhando-se aos princípios constitucionais e às melhores práticas na gestão carcerária.

O Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário de Goiás (GMF-GO) tem desempenhado papel fundamental na análise de possíveis supressões de unidades prisionais no estado. Em 2024, o GMF analisou cinco casos envolvendo interdições ou propostas de supressões de unidades, muitas delas alvos de ações civis públicas. Com base no Artigo 6º da Resolução nº 214/2015 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o grupo tem assegurado que as decisões sejam embasadas em critérios técnicos e legais, promovendo a proteção dos direitos das pessoas privadas de liberdade e a eficiência do sistema penal.

Considerando o impacto significativo dessas supressões, o GMF-GO, em parceria com a Diretoria-Geral de Polícia Penal (DGPP) e outras instituições, está desenvolvendo um ato normativo para estabelecer um fluxo processual padronizado antes de qualquer fechamento de unidade prisional. Essa iniciativa visa garantir que as decisões sejam precedidas por análises detalhadas e articulações interinstitucionais, reforçando a transparência e a responsabilidade nas ações implementadas.



## Ampliação do Monitoramento Eletrônico no Sistema Penitenciário de Goiás

Em agosto, uma reunião com juízes da execução penal do Estado de Goiás discutiu a ampliação do uso de tornozeleiras eletrônicas entre os detentos. Durante o encontro, foi informado que, por meio de um aditivo contratual, foram adquiridas **2 mil** novas tornozeleiras eletrônicas, elevando a capacidade de monitoramento do sistema penitenciário estadual.

O coordenador do GMF-GO, juiz Fernando Oliveira Samuel, destacou que a DGPP formará uma lista de espera baseada nas informações das varas de execução penal, priorizando os detentos do regime semiaberto, seguidos pelas PPLs provisórias. Essa estratégia visa eliminar a fila de espera para o monitoramento eletrônico no regime semiaberto, proporcionando uma alternativa eficaz ao encarceramento tradicional e auxiliando na reintegração social dos reeducandos.

O diretor-geral da DGPP, Josimar Pires, ressaltou que a expansão do monitoramento eletrônico demonstra o compromisso da instituição em melhorar a gestão penitenciária e oferecer alternativas eficientes para a reintegração social dos reeducandos, em colaboração com o Poder Judiciário. Essa iniciativa conjunta entre o GMF-GO e a DGPP representa um avanço significativo na utilização de tecnologias de monitoração eletrônica, contribuindo para a segurança pública e a humanização do sistema prisional em Goiás.



<https://www.tjgo.jus.br/index.php/institucional/centro-de-comunicacao-social/17-tribunal/30138-reuniao-discute-ampliacao-de-tornozeleiras-eletronicas-para-detentos-em-goias>



## A Reinserção Social pelo Trabalho e o Papel da Iniciativa privada



O Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF) do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO), em parceria com a Escola Judicial (EJUG) e o Ministério Público do Trabalho (MPT), realizou o seminário: **“A Reinserção Social pelo Trabalho e o Papel da Iniciativa Privada”**.

O evento teve como objetivo à ressocialização de pessoas egressas por meio do trabalho. A programação incluiu palestras com Reinaldo de Oliveira Dutra, juiz auxiliar da Presidência, Procuradora do Trabalho no MPT, Dra. Séfora Graciana Cerqueira Char, além de outros nomes como Dr. Alpiniano Lopes, Procurador Chefe do MPT e o Diretor-Geral Adjunto da Polícia Penal, Firmino Alves.



# Recambiamentos

O Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário de Goiás (GMF-GO) intermediou, em 2024, mais de 24 recambiamentos de pessoas privadas de liberdade, assegurando a conformidade dos procedimentos com as Resoluções nº 214/2015 e nº 404/2024 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Essas normativas estabelecem diretrizes para a transferência de PPLs, visando garantir a efetividade na gestão do sistema prisional e a proteção dos direitos das pessoas em cumprimento de pena. O trabalho realizado pelo GMF/GO reforça a importância de um planejamento criterioso e articulado entre as autoridades envolvidas.

A atuação do GMF/GO tem sido especialmente relevante para os magistrados que atuam na execução penal, sobretudo nas comarcas do interior do estado, que enfrentam desafios logísticos e estruturais mais acentuados. Por meio de articulação com a Diretoria-Geral de Polícia Penal (DGPP) e outros órgãos competentes, o grupo contribui para solucionar entraves e promover a redistribuição adequada de detentos, otimizando os recursos do sistema prisional e fortalecendo a segurança pública. Essa mediação reafirma o compromisso do GMF/GO em oferecer suporte técnico e estratégico ao Judiciário, priorizando a eficiência e a humanização na execução pena.



# Inauguração do primeiro Escritório Social do Estado de Goiás

Na data de 05 de dezembro, membros do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF/GO), participaram da inauguração do Escritório Social de Goiânia, localizado na rua 83, n. 484, Setor Sul.

O escritório social é um espaço de atendimento ao egresso, ou seja, aquele que acabou de sair do sistema prisional, possibilitando atendimento multidisciplinar com o respectivo encaminhamento. Essa ferramenta social é a primeira no Estado de Goiás e faz parte do Programa Fazendo Justiça, resultado de um acordo do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

A iniciativa visa a superação dos desafios encontrados por quem passa pela privação de liberdade no Brasil. Em todo o País, os Escritórios Sociais já estão instalados em 21 Estados, com 48 unidades.



## Acórdão n. 0006011-69.2023 - Conselho Nacional de Justiça - CNJ

Após a constatação de intercorrências estruturais e administrativas do sistema prisional no Estado de Goiás, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio do Acórdão nº 0006011-69.2023, revelou um diagnóstico detalhado da situação. Entre os problemas destacados estavam a superlotação, a precariedade nas condições de habitação e as falhas no atendimento à saúde e na garantia de direitos básicos das pessoas privadas de liberdade. O documento apresentou dezenas de recomendações com o objetivo de promover melhorias no sistema prisional.

Entre as dez principais recomendações, destacaram-se: (1) a readequação das unidades prisionais para eliminação da superlotação; (2) a garantia de acesso à saúde, com equipes médicas completas; (3) a padronização no fornecimento de alimentação e itens de higiene; (4) o cumprimento de normas de separação por gênero e condições pessoais; (5) a criação de protocolos claros para transferências; (6) a ampliação do acesso à educação e ao trabalho remunerado; (7) o reforço no monitoramento das condições das unidades prisionais; (8) o estabelecimento de programas voltados à saúde mental; (9) o combate a práticas de discriminação e violência, especialmente contra populações vulneráveis; e (10) o fortalecimento das políticas de assistência social e jurídica as PPLs.

No primeiro semestre de 2024, o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário de Goiás (GMF-GO), em cooperação com a Corregedoria Geral de Justiça e a Presidência do Tribunal de Justiça de Goiás, somou esforços para abordar quase 80 frentes de deficiência identificadas no diagnóstico, sendo que **37** delas tinham a participação do GMF. Essa atuação conjunta incluiu a adoção de medidas emergenciais, a articulação entre diferentes órgãos e a implementação de ações destinadas a cumprir as normativas do CNJ e os princípios constitucionais.

As intervenções promovidas pelo GMF-GO em 2024 reforçaram o compromisso com a melhoria das condições do sistema prisional, priorizando a dignidade das pessoas privadas de liberdade e o fortalecimento de políticas públicas eficazes.



## Atuação do GMF- GO para Gestantes e Lactantes

A atuação do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Estado de Goiás (GMF-GO) resultou na concessão de prisão domiciliar para uma mulher privada de liberdade que estava amamentando seu bebê de um mês e meio.

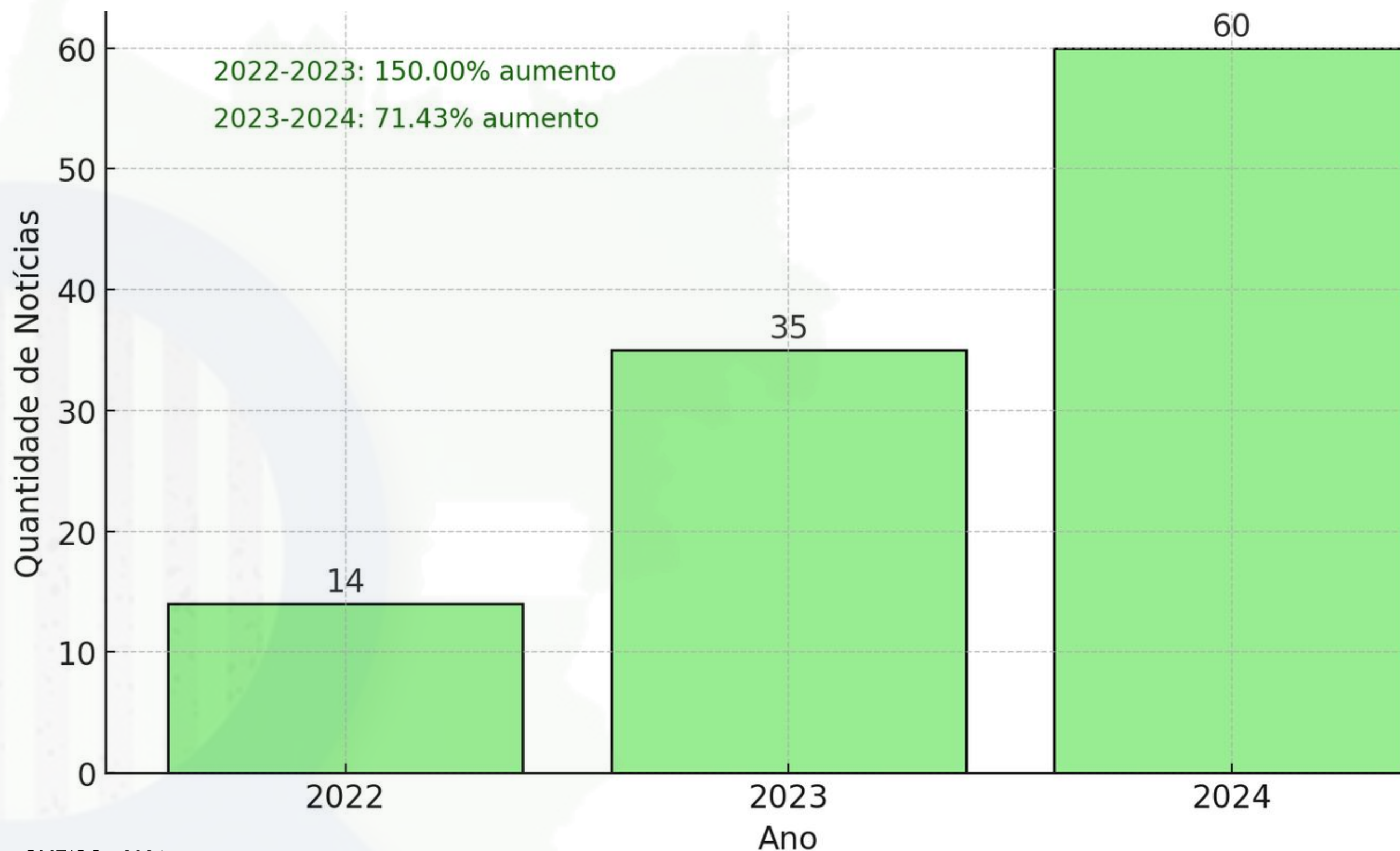
Situação identificada durante uma vistoria regular na Casa de Prisão Provisória de Aparecida de Goiânia (CPP), pelo juiz titular da 1ª Vara de Execução Penal de Goiânia e Coordenador do GMF/GO, Fernando Oliveira Samuel.

Ao tomar conhecimento da presença da lactante e seu bebê, o GMF imediatamente acionou os mecanismos legais para garantir o direito à amamentação e o bem-estar da criança.

Necessário pontuar que no decorrer de 2024 o GMF acompanhou todos os casos de PPLs gestantes e lactantes no Estado de Goiás, os quais resultaram em outras concessões seguindo as diretrizes da Resolução n. 369/2021 do CNJ.



## Publicações Internas e Externas do GMF/GO



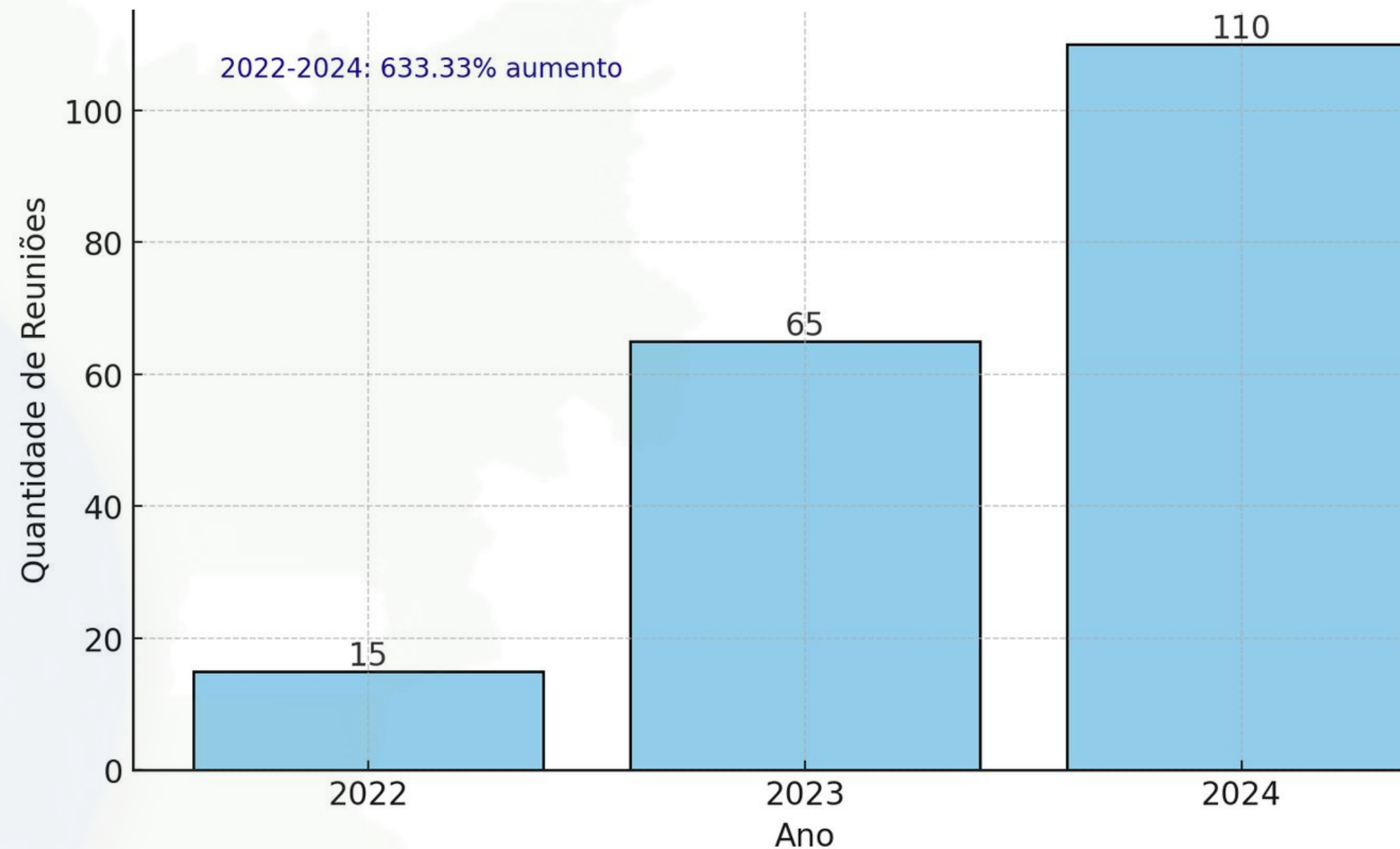
Fonte: GMF/GO - 2024

### Comunicação Estratégica e Divulgação Institucional

As atividades de comunicação do GMF/TJGO envolvem a produção e disseminação de informações com o objetivo de ampliar a visibilidade das ações desenvolvidas.

O foco está na divulgação das iniciativas do GMF/TJGO por meio da elaboração e publicação de notícias no site institucional, na página específica do GMF, no Instagram e em outras plataformas do TJGO. Além disso, inclui a sugestão de pautas para a Assessoria de Comunicação do Tribunal, fortalecendo a integração entre os canais de comunicação interna e externa.

# Reuniões Realizadas pelo GMF/GO



Reuniões ordinárias, extraordinárias e administrativas realizadas pelo GMF/GO entre 2022 a 2024 representam um acréscimo de **633%**.

Fonte: GMF/GO - 2024

# Ações do eixo prisional do programa FAZENDO JUSTIÇA - 2024

- Comitê de Políticas Penais – implantado;
- Plano Pedagógico para formação de magistrados sobre os serviços penais da porta de entrada do sistema de justiça criminal (APEC, CME). – Parte Geral realizada no curso para os juízes da Execução Penal;
- Fortalecimento da política estadual de Alternativas Penais por meio do Comitê Estadual de Alternativas Penais – Comitê reativado;
- Fortalecimento da política estadual de Monitoração Eletrônica por meio do Comitê Estadual de Monitoração Eletrônica – Comitê em atuação;
- Serviço APEC em funcionamento em Goiânia. Serviço prestado antes e após as audiências de Custódias;
- Portaria Interinstitucional para recebimento de notícias de tortura e maus tratos: fluxo implantado;
- Escritório Social de Goiânia: implantado;
- Fortalecimento dos Conselhos da Comunidade: Manual de Conselhos da Comunidade alinhado com a Resolução 488/CNJ publicado em 2024. Realização do 1º Encontro dos Conselhos da Comunidade - em dezembro de 2024;
- Plano Nacional de Geração de Trabalho e Renda: Implantação do Projeto Resgatar (MPT, TJGO e DGPP) e articulações realizadas com o empresariado para a oferta de vagas para egressos do Sistema Prisional;
- Fortalecimento da PNAISP: Incidências do GMF junto à SES, COSEMS, DGPP para fortalecimento da PNAISP no Estado;
- Qualificação das inspeções judiciais e enfrentamento à tortura nos ambientes de privação de liberdade: agenda de inspeções executadas em unidades prisionais no ano de 2024 pelo GMF/TJGO, visando fiscalização de intercorrências no sistema prisional;
- CEIMPA instituído. O Grupo de Trabalho interinstitucional criado para a escrita do Termo de Cooperação, montagem do Plano de Trabalho e de Monitoramento da Política Antimanicomial do Poder Judiciário em Goiás. Documentos finalizados. Reuniões ocorreram durante todo o ano.

# Ações do eixo socioeducativo do programa FAZENDO JUSTIÇA - 2024

- Qualificação da Central de Vagas:

Atualização da plataforma VSA compreendendo novos indicadores para adequação à Resolução 367;

- Atendimento Inicial/NAI:

Realização de diagnóstico do Atendimento Inicial na capital em fase de conclusão; Articulação interinstitucional para instituição do GT com a finalidade de implementar o NAI na capital (Portaria Conjunta 182/2024 - SEDS);

- Saúde Mental:

Implementação do CEIMPA Socioeducativo (em fase de formalização) com Plano de Trabalho para execução das atividades ao longo do biênio 2025/2026;

Elaboração de Fluxos de Saúde Mental no Atendimento a Adolescente e Jovens em cumprimento de MSE de Internação;

Coleta de dados para elaboração do mapeamento da rede de saúde mental no atendimento aos adolescentes e jovens em cumprimento de MSE de Internação;

- Fomento à Cultura/Leitura:

Elaboração de Projeto Piloto de revitalização da biblioteca e espaços de cultura no CASE Goiânia através de articulação com a SEDS, SECULT e SEDUC;

- Aprendizagem:

Elaboração de Projeto piloto para implementação de Programa de Aprendizagem do Tribunal de Justiça, em consonância com a Recomendação Conjunta CNJ/CNMP N° em parceria com a SECTI (Secretaria do Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação);

- Programa Pós Medida:

Diálogos Iniciais com a SEDS, protagonizado pela CIJ, para avaliação da situação atual do Programa e solicitação de manifestação de interesse da SEDS em implementar o Programa.

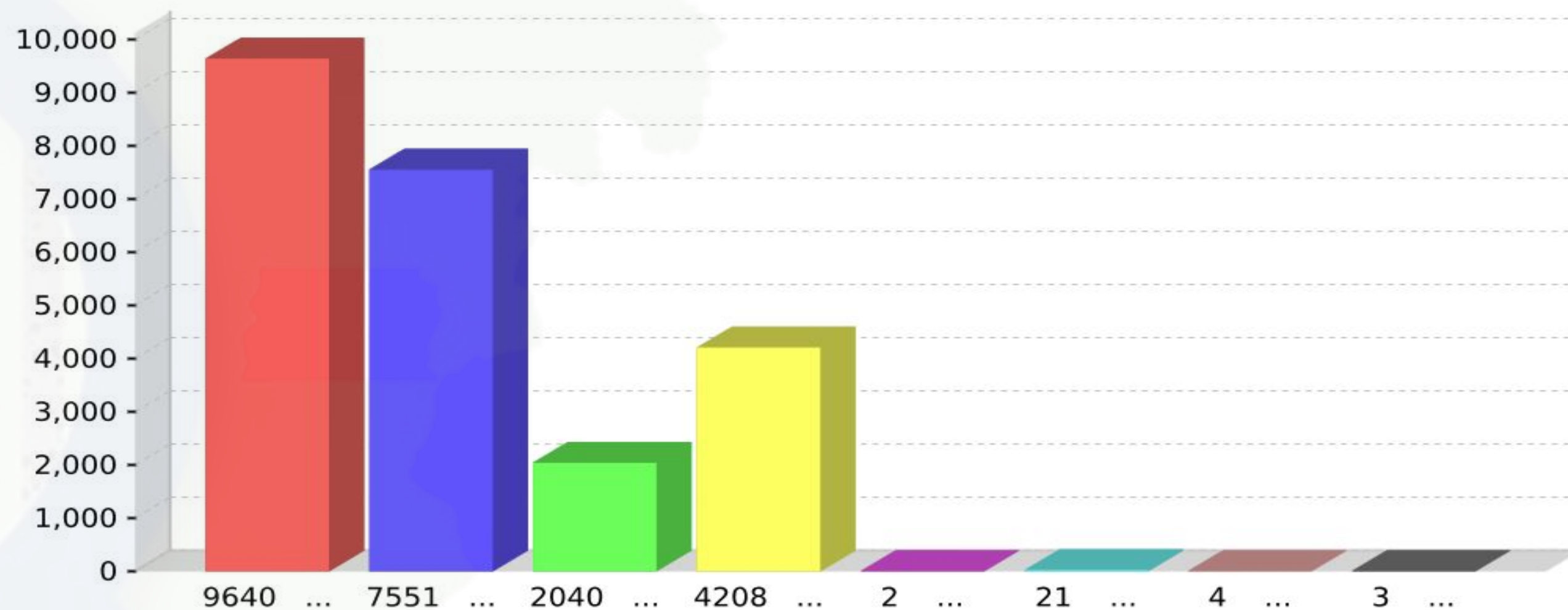
# Demonstrativo da População Carcerária (todos regimes)

Total: 23.469 em 18/12/2024



Reeducandos cumprindo pena por Regime - de todo estado

Data: 18/12/2024



■ FECHADO ■ PROVISORIO ■ ABERTO ■ SEMIABERTO ■ MEDIDA SEG.-INTERNAÇÃO ■ Não Informado  
■ MEDIDA SEG.-TRAT. AMBULATORIAL ■ REGIME DISCIPLINAR DIFERENCIADO

# Comunicação de Irregularidades no Sistema Prisional

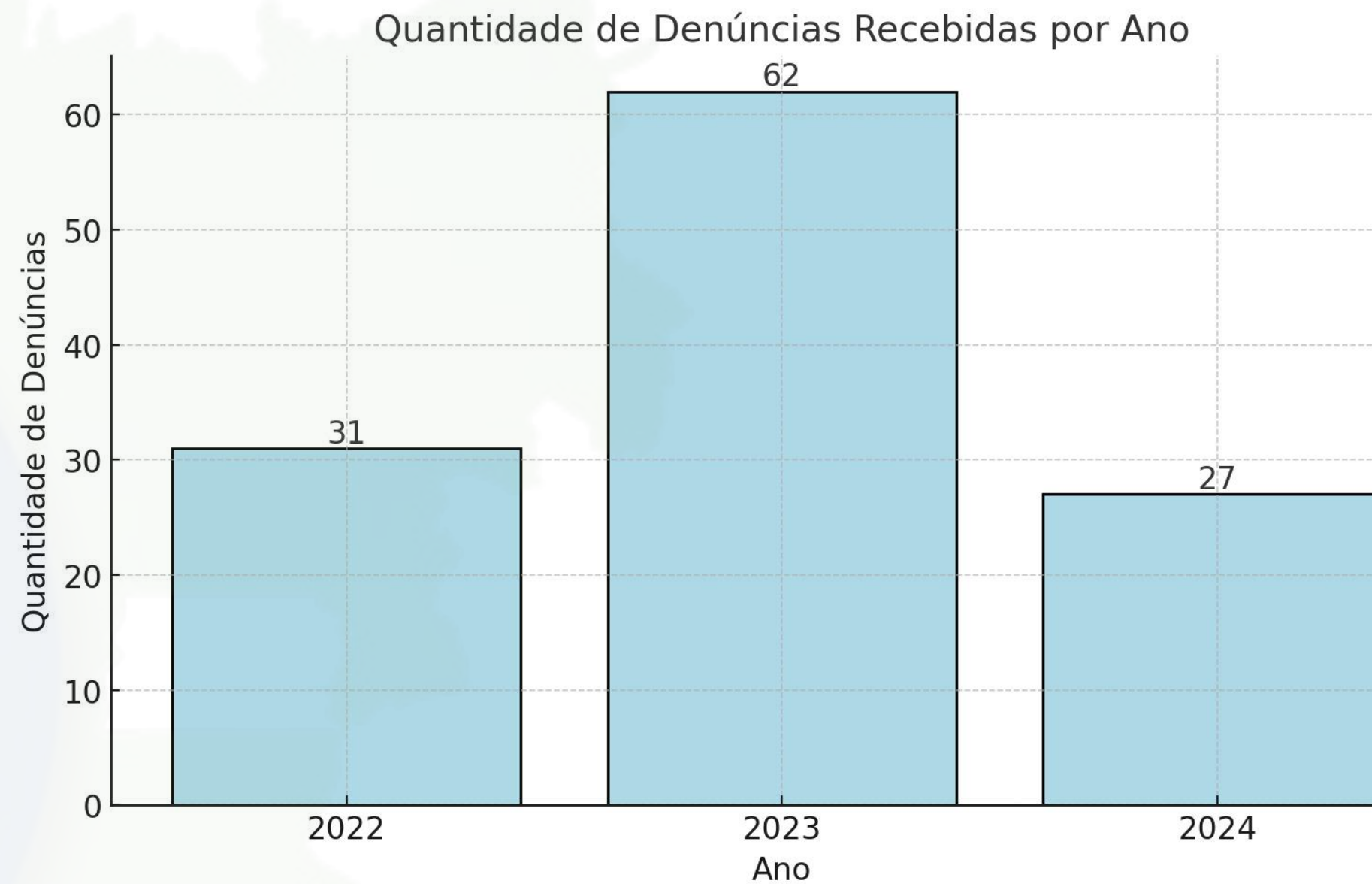
Uma das competências do GMF é receber, processar e encaminhar reclamações relativas a irregularidades no sistema de justiça criminal e no sistema de justiça juvenil, com a adoção de rotinas internas de processamento e do desenvolvimento de resoluções, principalmente, das informações de práticas de tortura, maus-tratos ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.

No decorrer do ano de 2024 foram recebidas **27** comunicações sobre situações de violações diversas em unidades prisionais. As denúncias chegam de diversas formas como: e-mail, relato presencial no (GMF/TJGO), formulário, através do Conselho Nacional de Justiça e associação de familiares de PPLs.

As principais comunicações versam sobre: dificuldade para realização de visitas sociais; falta de banho de sol; dificuldades para entrega de alimentos e produtos de higiene; celas e alas com condições insalubres; alimentação inadequada; ausência de possibilidade de remição de pena por leitura e trabalho; notícias sobre diversas formas de tratamento desumano sofrido por PPLs.



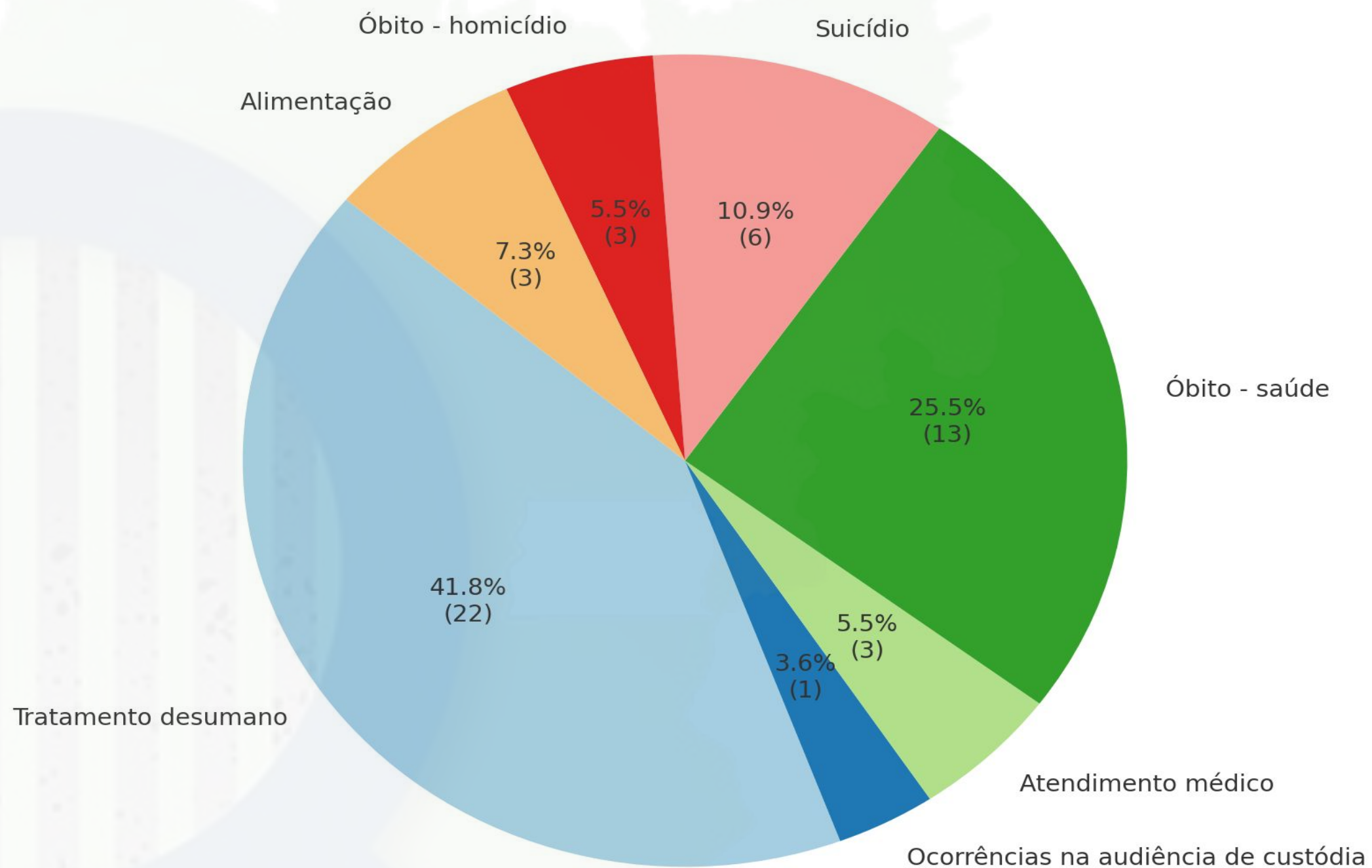
## Acompanhamento de Denúncias nos termos da Portaria Conjunta n. 12/2023



Entre os anos de 2023 e 2024, registrou-se uma redução de 56,45%.

# Acompanhamento de Denúncias por Temáticas - 2024

Distribuição de Denúncias por Temática (2024)



## Distribuição das denúncias no gráfico:

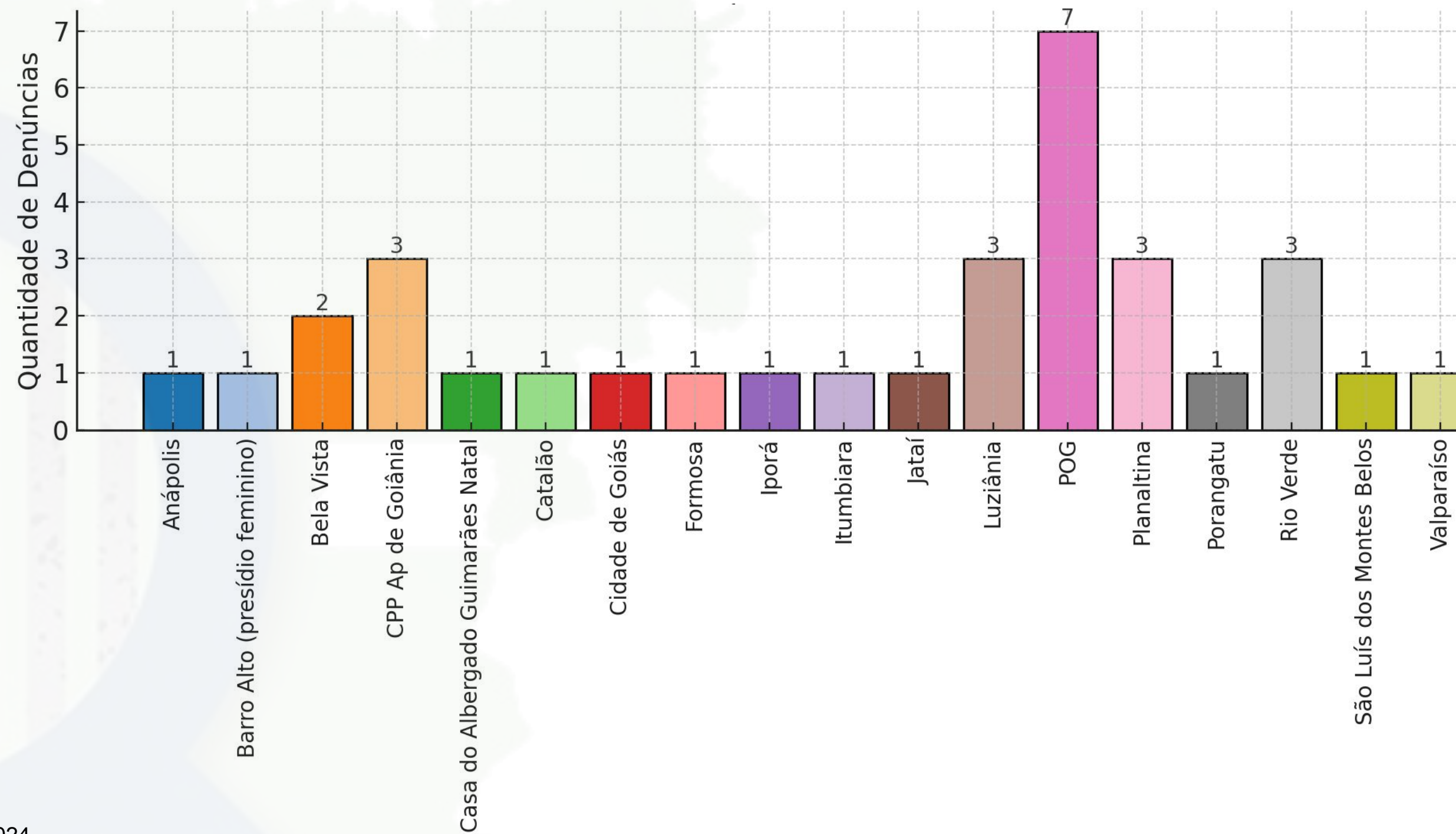
As denúncias relacionadas a tratamento desumano pela Polícia Penal (23) e óbitos por saúde (14) representam as maiores proporções no gráfico, destacando a necessidade de atenção às condições de segurança e saúde nos presídios;

Temáticas como suicídio (6) e falta de atendimento médico (3) refletem preocupações específicas que também são tratadas na Portaria em termos de prevenção, monitoramento e apuração.

## Preocupações Correlatas:

- **Infraestrutura e Gestão:** As denúncias indicam eventuais falhas na gestão do sistema;
- **Capacitação e Fiscalização:** Os números de maus-tratos sugerem a necessidade de treinamentos e maior controle externo, previstos na normativa;
- **Urgência no Monitoramento:** A recorrência de óbitos e suicídios aponta para a necessidade de monitoramento contínuo, conforme descrito na Portaria 12/2023.

## Quantidade de denúncias por Unidade Prisional em 2024





## Inspeções Prisionais em Goiás: Atuação do GMF-GO na Garantia de Direitos e Melhoria do Sistema Penitenciário

Em 2024, o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário de Goiás (GMF-GO) realizou mais de **18** inspeções prisionais em diferentes regiões do Estado, cumprindo sua atribuição conforme a Resolução nº 214/2015 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). As visitas abrangeram unidades prisionais de todas as regiões, reforçando o compromisso do grupo com a avaliação abrangente e detalhada das condições de aprisionamento. O GMF também dedicou especial atenção às unidades que foram inspecionadas pelo CNJ em 2023, garantindo o acompanhamento e o cumprimento das recomendações previamente emitidas.

Durante cada inspeção, foram avaliados diversos itens e situações sensíveis que impactam diretamente a dignidade e os direitos das Pessoas Privadas de Liberdade. As análises incluíram condições estruturais, qualidade da alimentação, acesso à saúde, oferta de trabalho e educação, além de práticas relacionadas à segurança e à prevenção de violência. A identificação dessas questões críticas permite ao GMF apontar caminhos para a melhoria do sistema penitenciário, alinhando suas ações aos princípios constitucionais e normativos vigentes.

Após cada inspeção, é elaborado um relatório técnico detalhado, destacando as necessidades e os problemas identificados. Esses relatórios são encaminhados aos magistrados, diretores de presídios e representantes municipais, com solicitações de providências específicas para solucionar as irregularidades constatadas. Essa prática assegura que as ações de fiscalização gerem impactos concretos.

O sucesso das inspeções realizadas em 2024 foi resultado de um esforço coletivo. A Diretoria de Transporte do Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO), a Presidência do TJGO, os juízes membros do GMF, os diretores das unidades prisionais e as equipes de segurança da Diretoria-Geral de Polícia Penal (DGPP) desempenharam papéis essenciais no apoio logístico, técnico e operacional às inspeções. Essa cooperação interinstitucional reforça a eficácia do GMF-GO em sua missão de fiscalizar e aprimorar o sistema prisional em Goiás.

# Inspeções realizadas

## PRESÍDIO ESTADUAL DE NOVO GAMA

(16/02/2024)



**ENTRADA DO PRESÍDIO**



**CELAS**



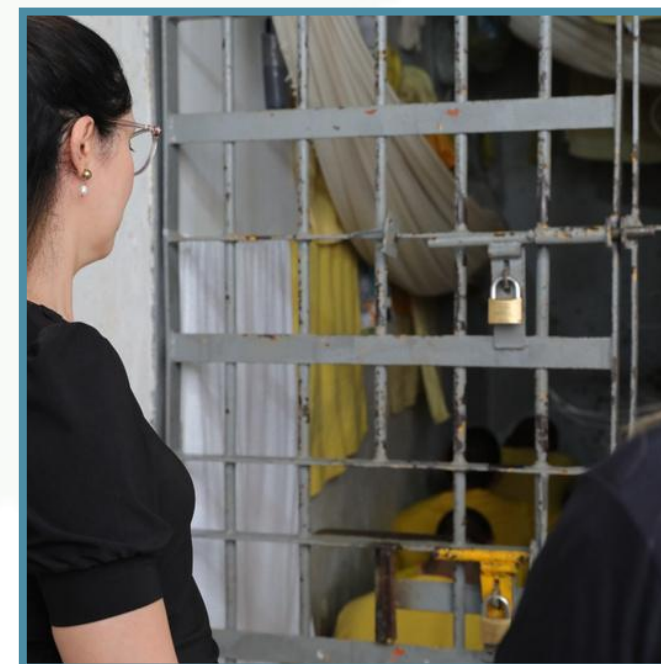
**ENTRADA DO PRESÍDIO**



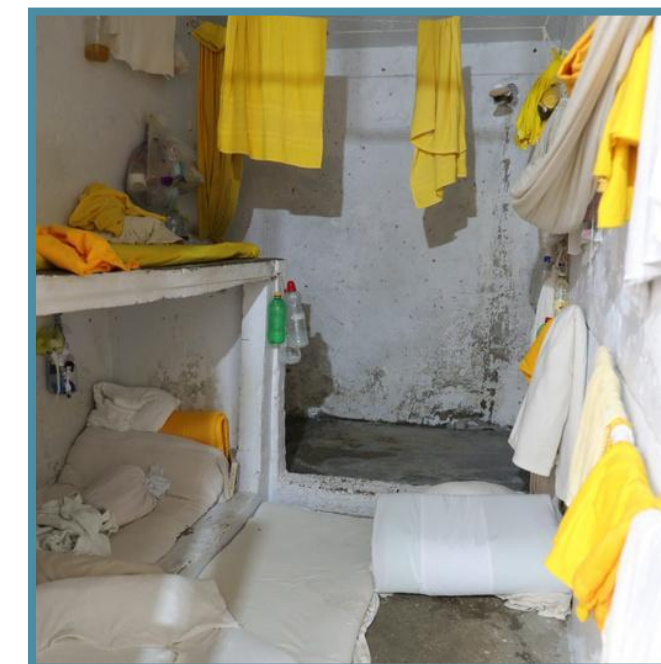
**REMIÇÃO POR ESTUDO**



**ENFERMARIA**



**CELAS**



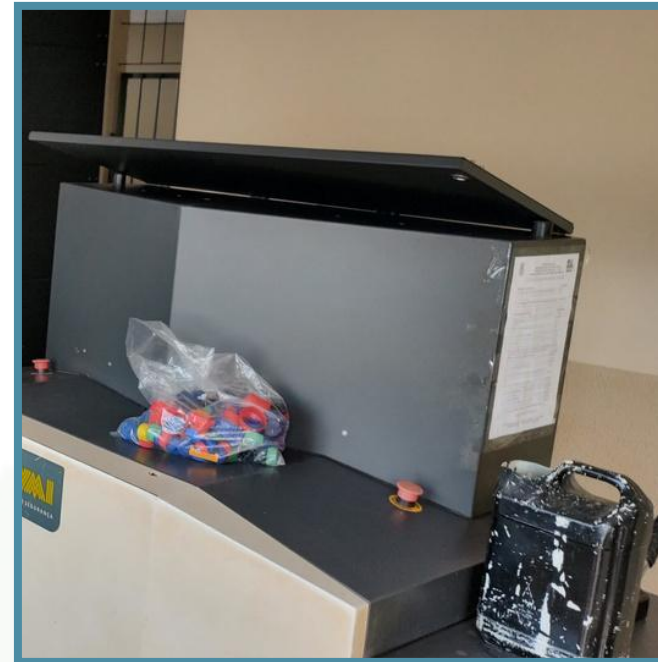
**INTERIOR DAS CELAS**

# PRESÍDIO REGIONAL DE VALPARAÍSO

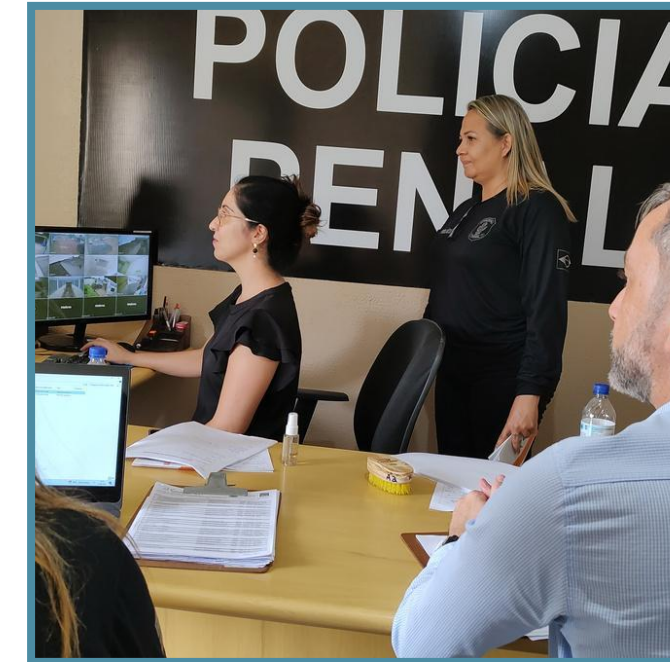
(11/03/2024)



**ENTRADA DO PRESÍDIO**



**DETECTOR DE METAIS**



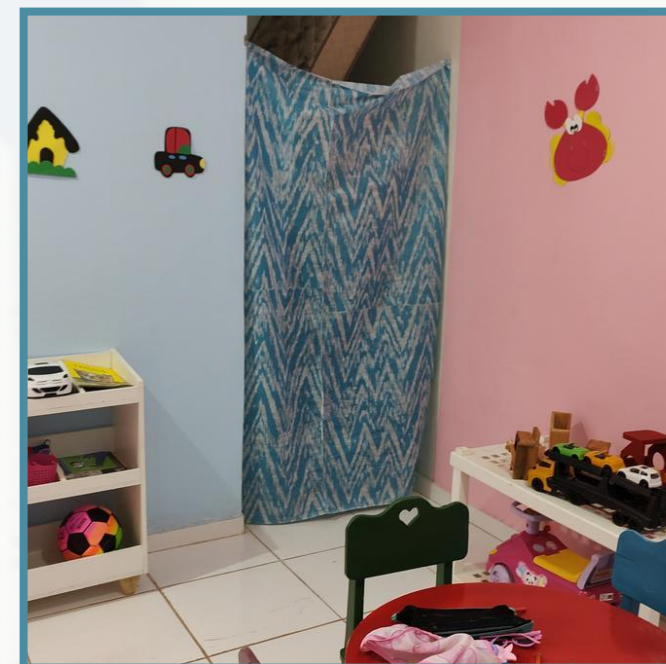
**MONITORAMENTO**



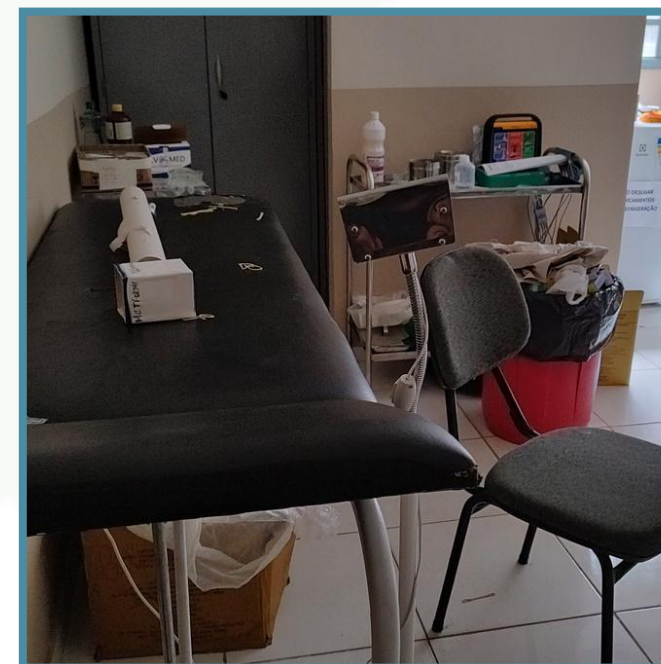
**PARLATÓRIO**



**BRINQUEDOTECA**



**BRINQUEDOTECA**



**ENFERMARIA**



**REMIÇÃO POR TRABALHO**

# PRESÍDIO REGIONAL DE VALPARAÍSO

(11/03/2024)



**REMIÇÃO POR TRABALHO**



**CELAS**



**CELAS**



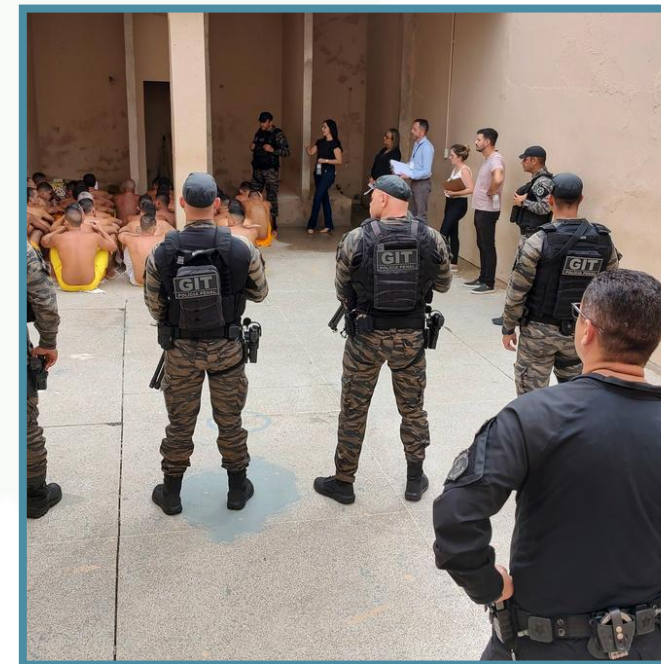
**CELAS**



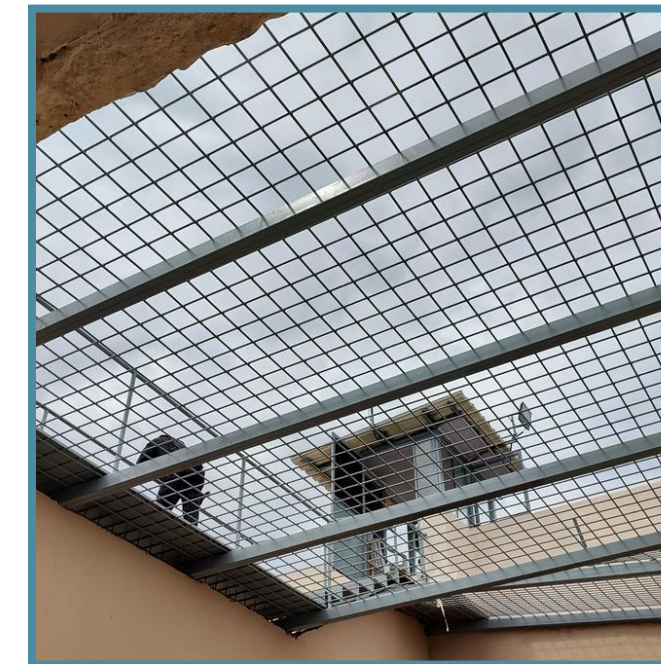
**BANHO DE SOL**



**BANHO DE SOL**



**BANHO DE SOL**



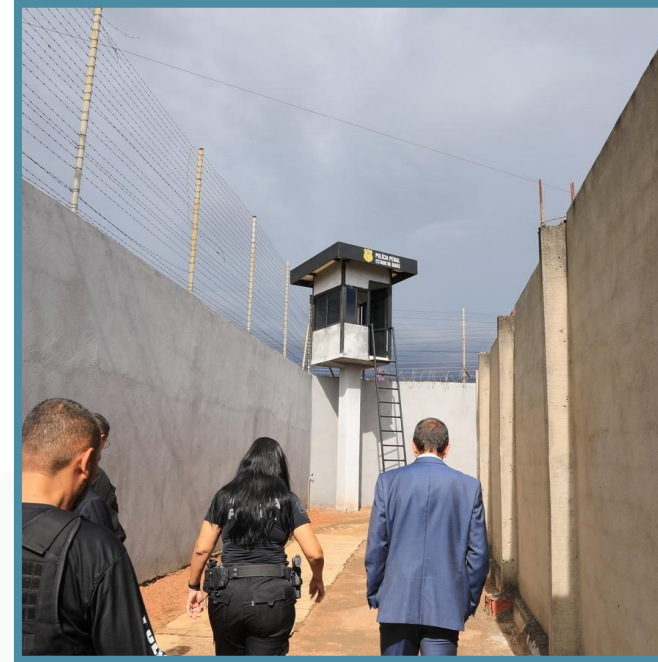
**BANHO DE SOL**

# PRESÍDIO REGIONAL DE ANÁPOLIS

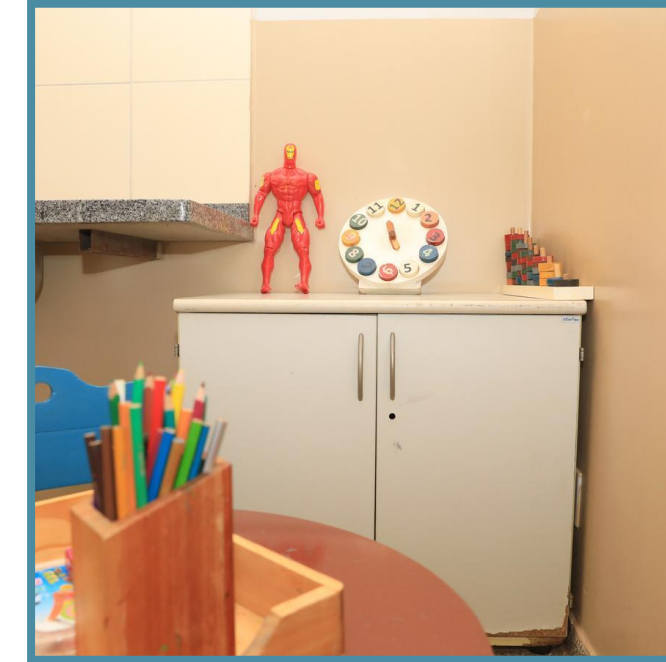
(21/03/2024)



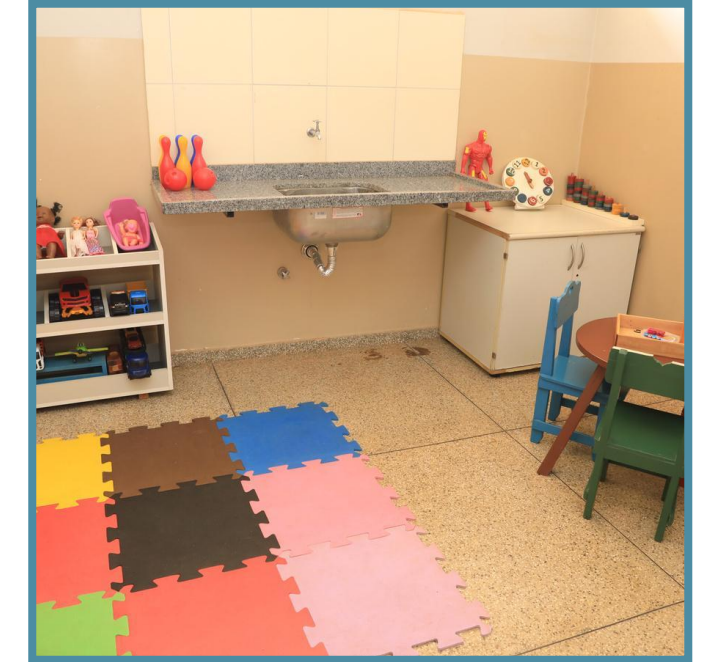
**PARLATÓRIO**



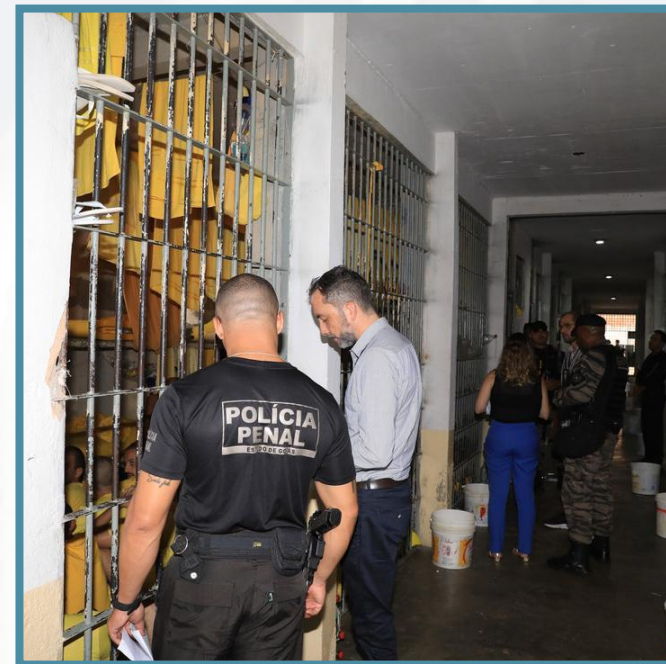
**INTERIOR DO PRESÍDIO**



**ESPAÇO LÚDICO**



**ESPAÇO LÚDICO**



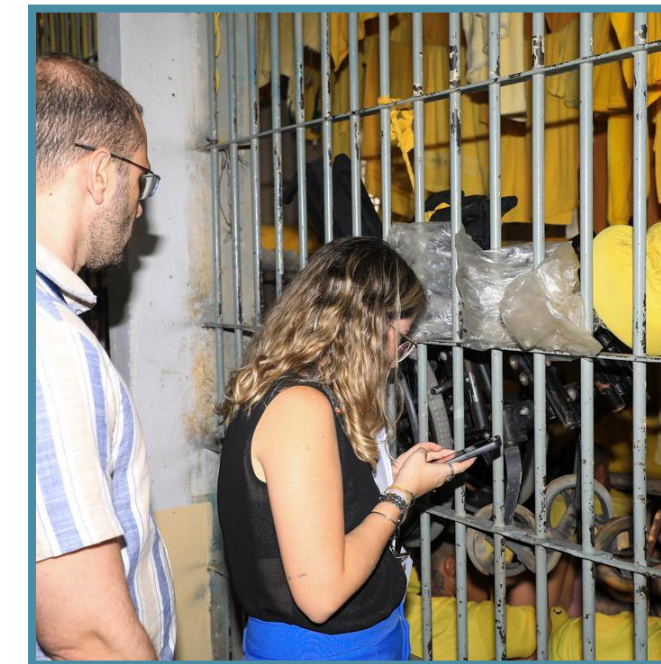
**CELAS**



**CELAS**



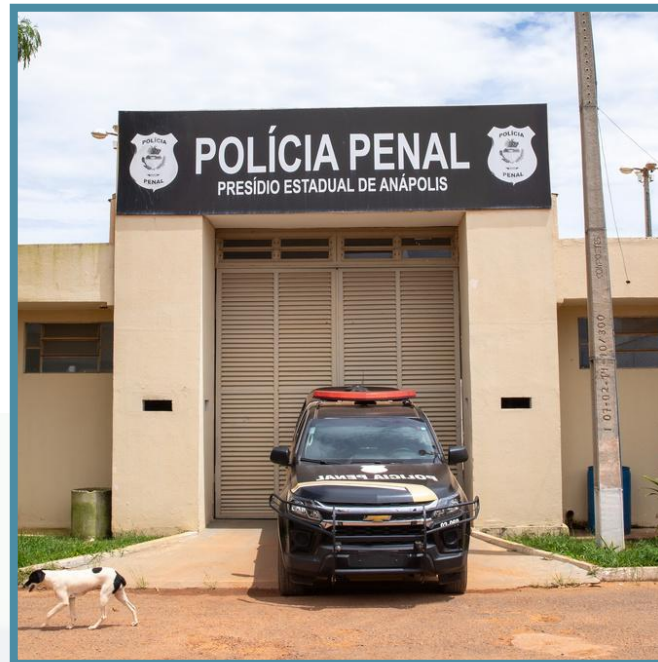
**INTERIOR DO PRESÍDIO**



**CELAS**

# PRESÍDIO ESTADUAL DE ANÁPOLIS

(21/03/2024)



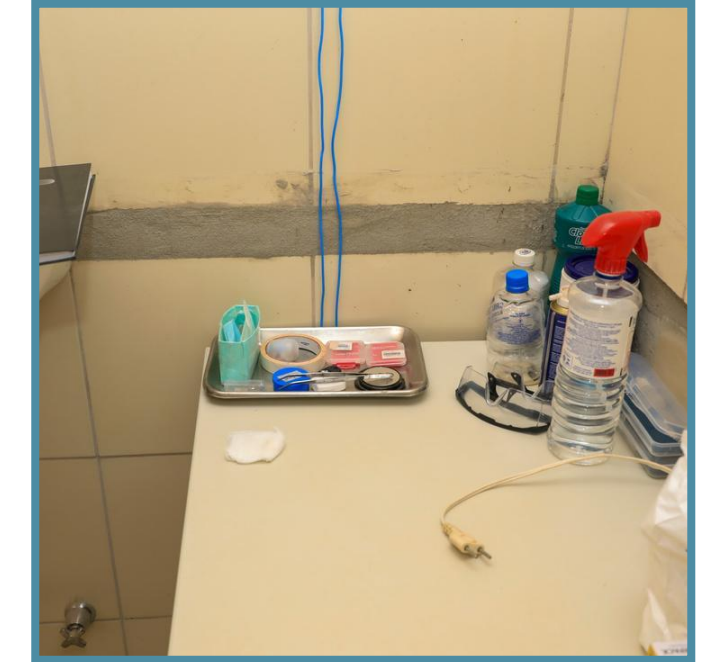
**ENTRADA DO PRESÍDIO**



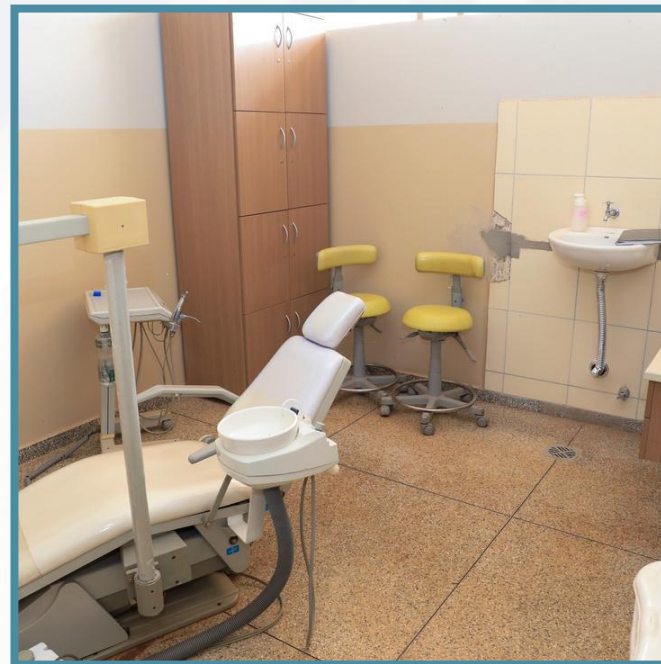
**MONITORAMENTO**



**ADMINISTRAÇÃO**



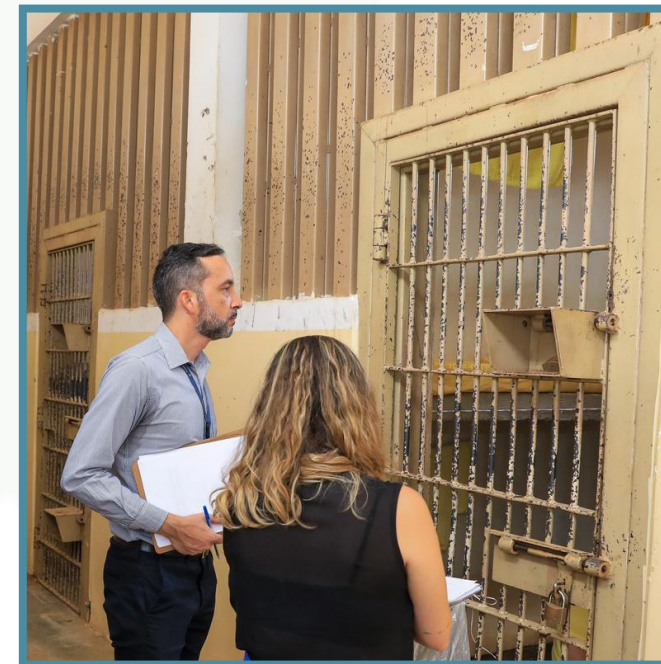
**ENFERMARIA**



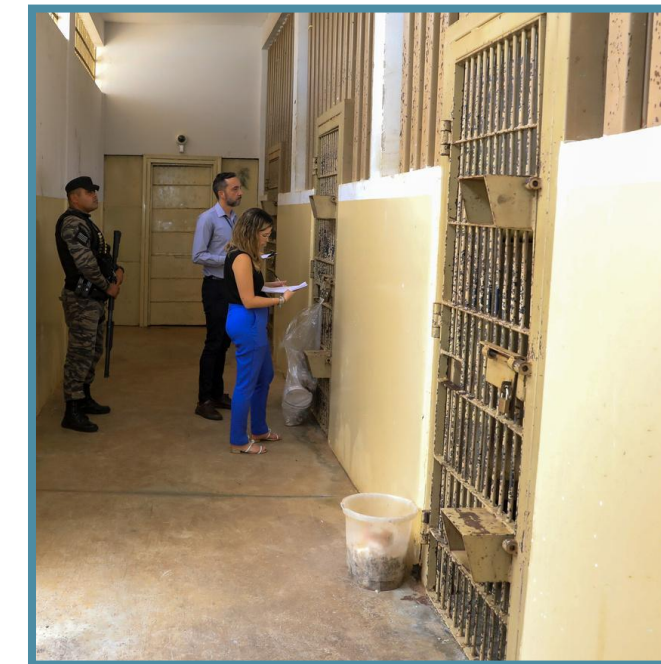
**ESPAÇO ODONTOLÓGICO**



**ENFERMARIA**



**CELAS**



**CELAS**

# PRESÍDIO REGIONAL DE CALDAS NOVAS

(22/03/2024)



**ENTRADA DO PRESÍDIO**



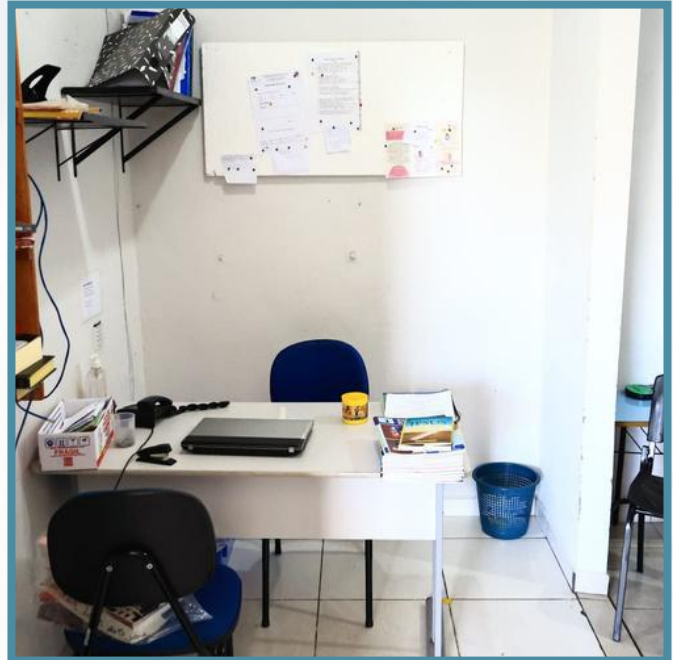
**MONITORAMENTO**



**ENFERMARIA**



**ENFERMARIA**



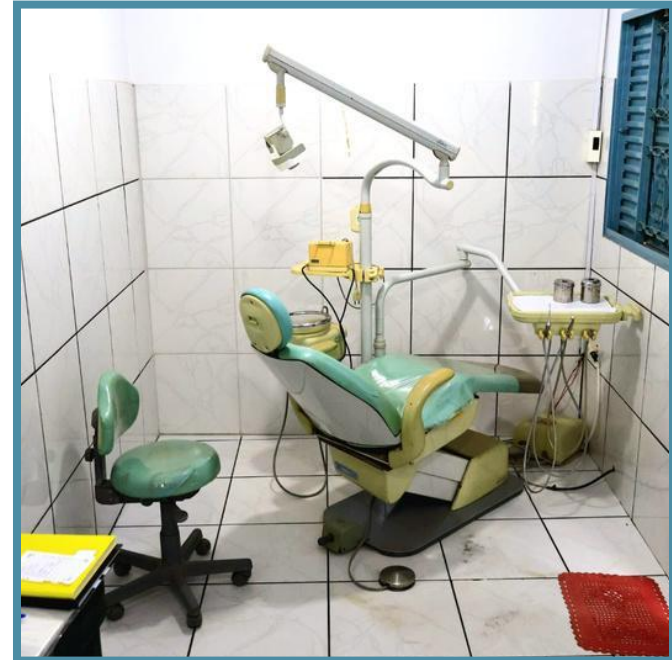
**ADMINISTRAÇÃO**



**ESPAÇO LÚDICO**



**MONITORAMENTO**



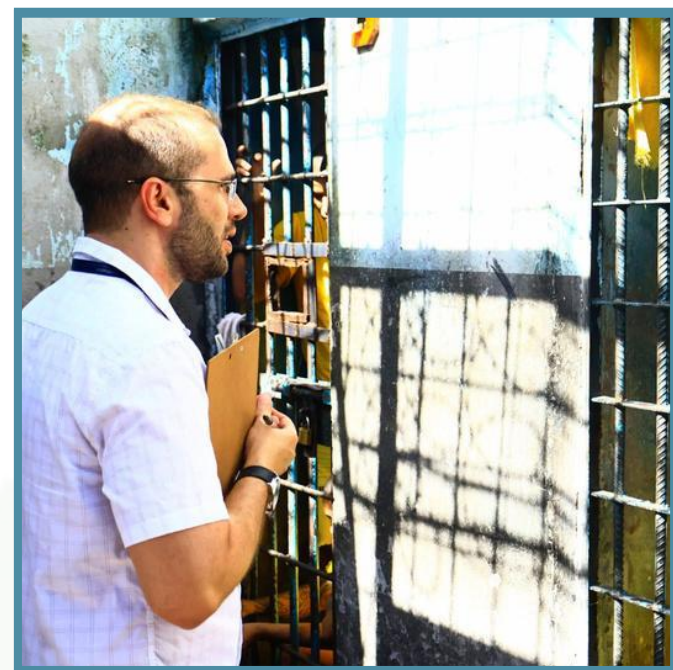
**ESPAÇO ODONTOLÓGICO**

# PRESÍDIO REGIONAL DE CALDAS NOVAS

(22/03/2024)



**CELAS**



**CELAS**



**CELAS**



**CELAS**



**PARLATÓRIOS**



**CELAS**



**ESPAÇO MULTIDISCIPLINAR**



**MÓDULO DE RESPEITO**

# PRESÍDIO DE CIDADE OCIDENTAL

(10/04/2024)



**ENTRADA DO PRESÍDIO**



**ADMINISTRAÇÃO**



**ADMINISTRAÇÃO**



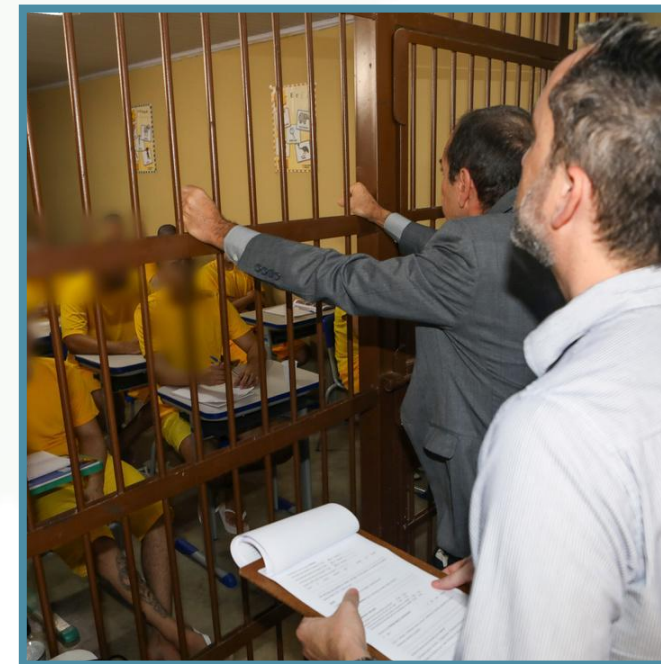
**CELAS**



**CELAS**



**REMIÇÃO POR TRABALHO**



**REMIÇÃO POR TRABALHO**



**RAIO-X**

# PRESÍDIO REGIONAL FEMININO DE LUZIÂNIA

(10/04/2024)



**ENTRADA DO PRESÍDIO**



**BIBLIOTECA**



**BRINQUEDOTECA**



**ESPAÇO LÚDICO**



**REMIÇÃO POR TRABALHO**



**REMIÇÃO POR TRABALHO**



**REMIÇÃO POR TRABALHO**



**REMIÇÃO POR TRABALHO**

# PRESÍDIO REGIONAL FEMININO DE LUZIÂNIA

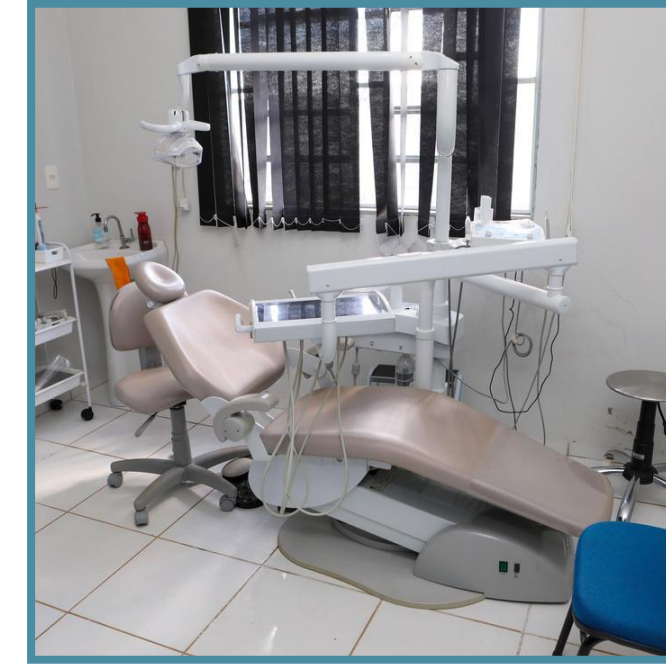
(10/04/2024)



REMIÇÃO POR TRABALHO



DORMITÓRIO



ESPAÇO ODONTOLÓGICO



ENFERMARIA



HORTA



FACHADA DO PRESÍDIO



DORMITÓRIO



ESPAÇO LÚDICO

# PRESÍDIO ESTADUAL MASCULINO DE LUZIÂNIA

(10/04/2024)



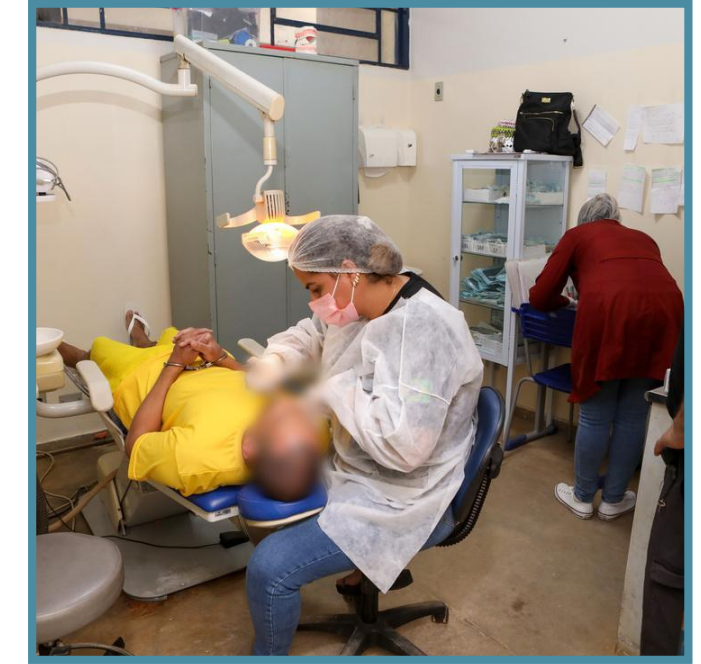
**ENTRADA DO PRESÍDIO**



**RAIO-X**



**REMIÇÃO POR ESTUDO**



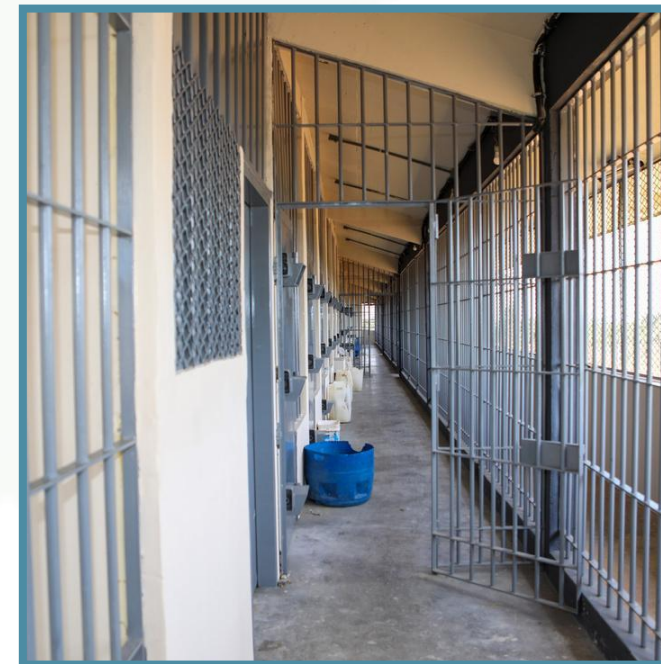
**ESPAÇO ODONTOLÓGICO**



**REMIÇÃO POR ESTUDO**



**TELHADO DO PRESÍDIO**



**CELAS**



**CELAS**

# CASA DE PRISÃO PROVISÓRIA DE LUZIÂNIA

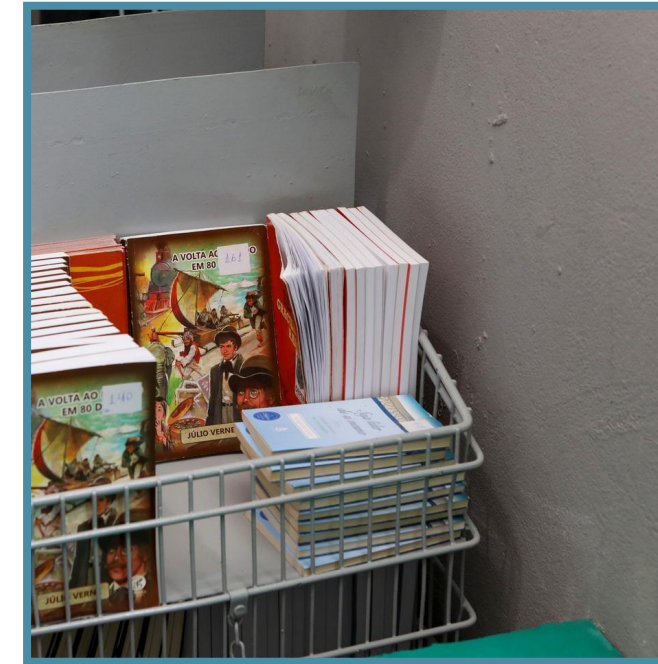
(10/04/2024)



**ENTRADA DO PRESÍDIO**



**ADMINISTRAÇÃO**



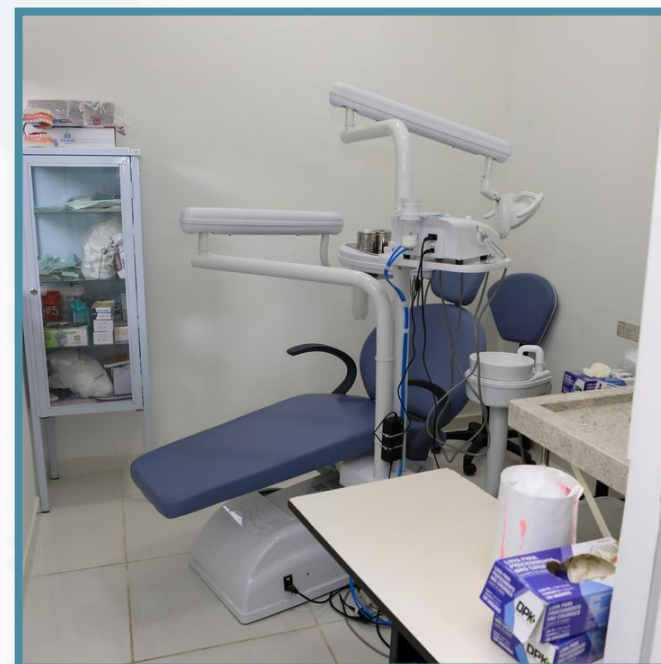
**BIBLIOTECA**



**TELHADO DO PRESÍDIO**



**CELAS**



**ESPAÇO ODONTOLÓGICO**



**TELHADO DO PRESÍDIO**



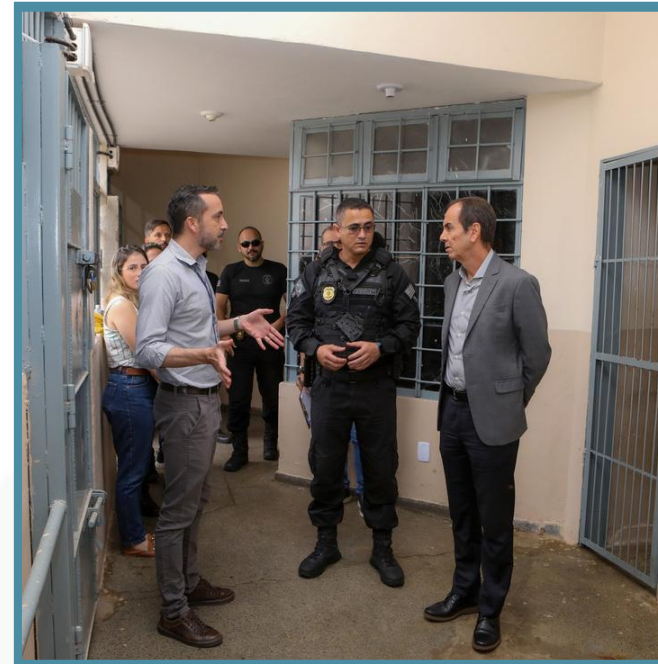
**CELAS**

# PRESÍDIO REGIONAL DE VALPARAÍSO

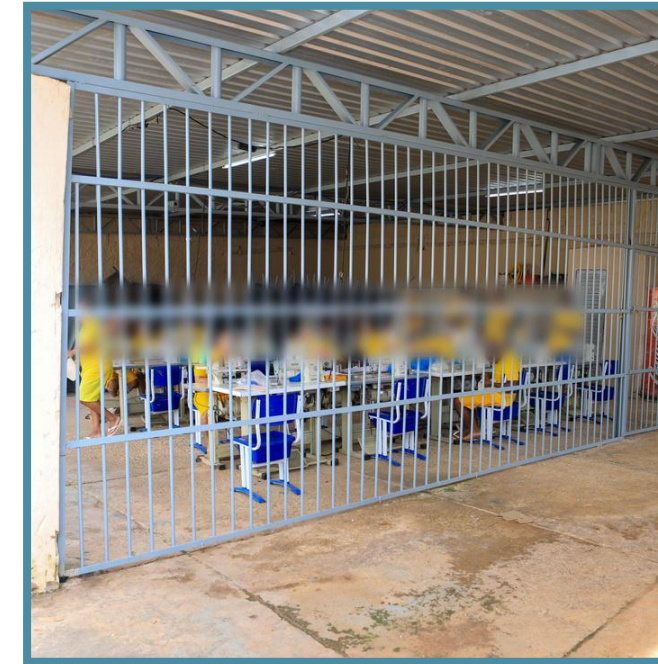
(10/04/2024)



**ENTRADA DO PRESÍDIO**



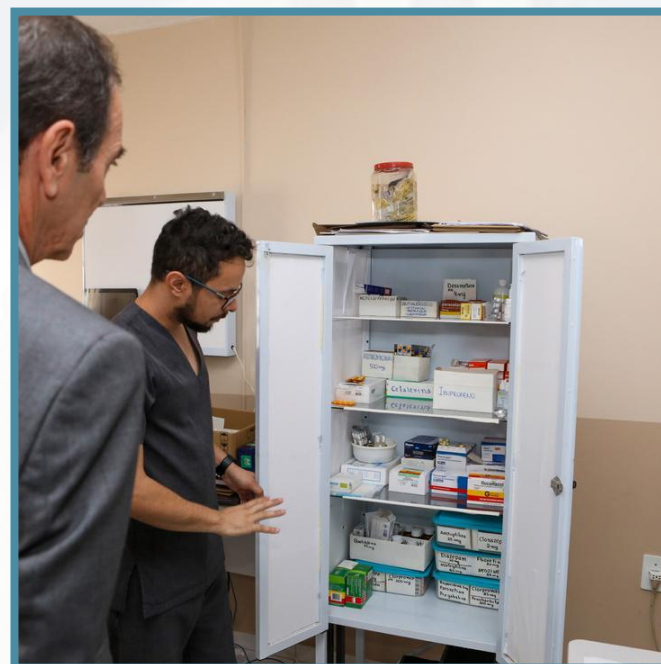
**CELAS**



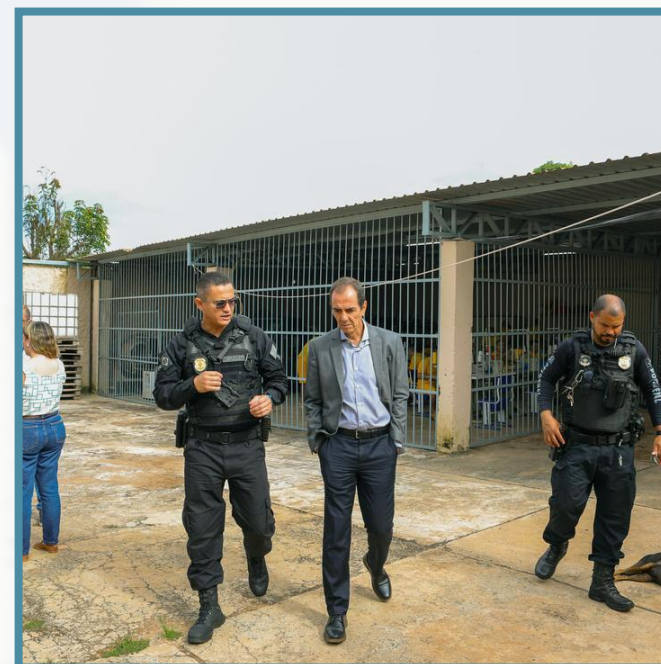
**REMIÇÃO POR TRABALHO**



**ENFERMARIA**



**ENFERMARIA**



**REMIÇÃO POR TRABALHO**



**ENFERMARIA**



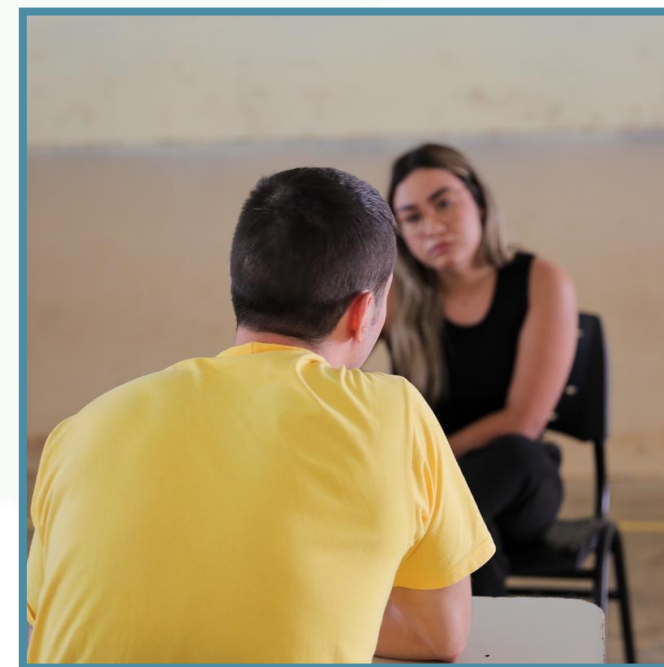
**ESPAÇO LÚDICO**

# “DIA D SAÚDE MENTAL” NO PRESÍDIO ESPECIAL DE PLANALTINA-GO

(22/04/2024)

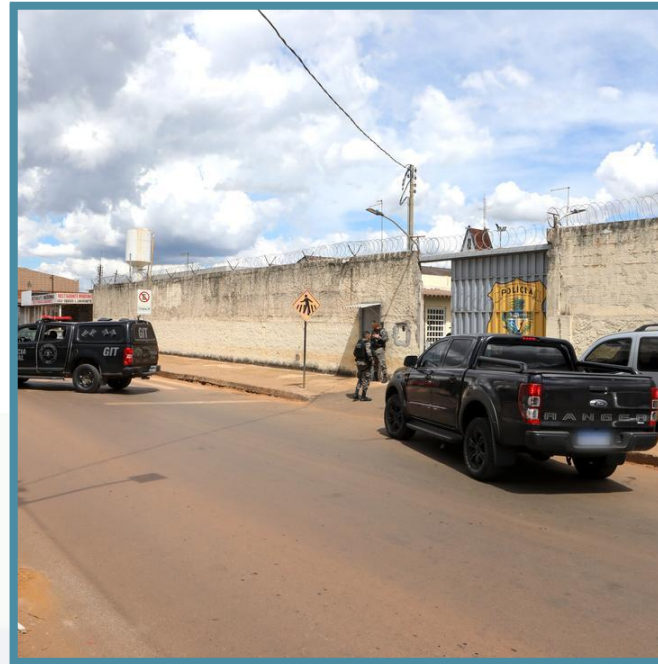


**ENTRADA DO PRESÍDIO**



# PRESÍDIO REGIONAL DE ÁGUAS Lindas

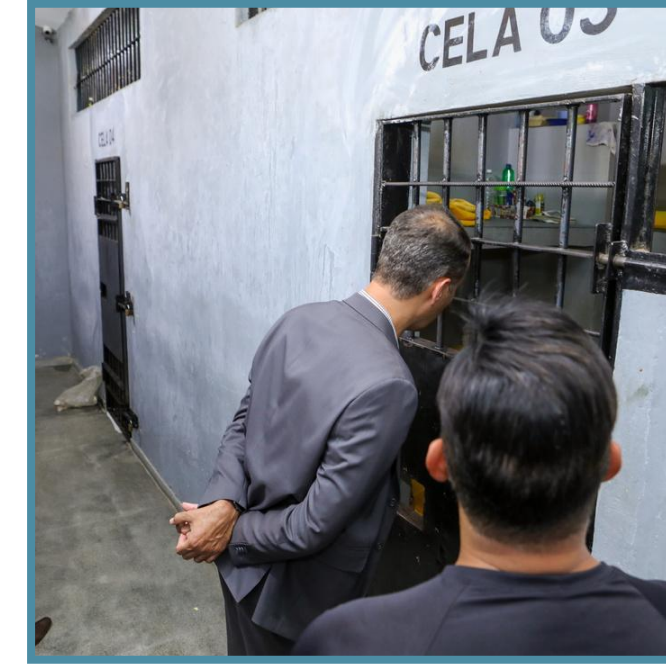
(23/04/2024)



**ENTRADA DO PRESÍDIO**



**INTERIOR DO PRESÍDIO**



**CELAS**



**CELAS**



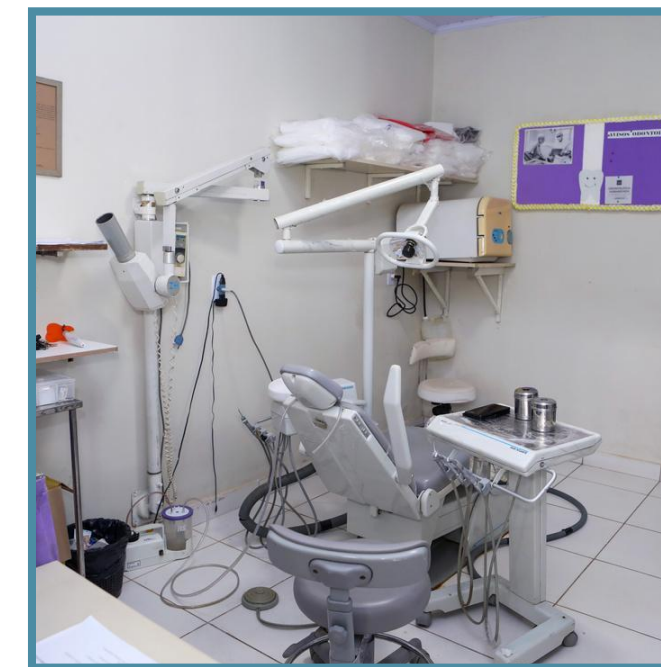
**BIBLIOTECA**



**ESPAÇO LÚDICO**



**MONITORAMENTO**



**ESPAÇO ODONTOLÓGICO**

# PRESÍDIO REGIONAL DE CRISTALINA

(23/04/2024)



**ENTRADA DO PRESÍDIO**



**CELAS**



**MONITORAMENTO**



**CELAS**



**BRINQUEDOTECA**



**CELAS**



**CELAS**



**CELAS**

# PRESÍDIO REGIONAL DE PORANGATU

(03/05/2024)



**ENTRADA DO PRESÍDIO**



**ADMINISTRAÇÃO**



**ADMINISTRAÇÃO**



**CELAS**



**REFEITÓRIO**



**REMIÇÃO POR TRABALHO**



**CELAS**



**CELAS**

# PRESÍDIO REGIONAL DE PORANGATU

(03/05/2024)



**REFEIÇÕES**



**REFEIÇÕES**



**HORTA**



**REMIÇÃO POR TRABALHO**



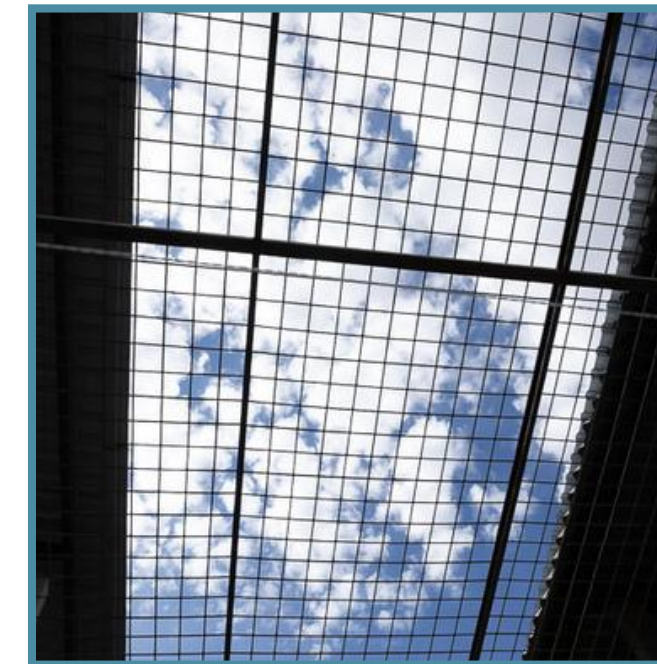
**BIBLIOTECA**



**BIBLIOTECA**



**MONITORAMENTO**



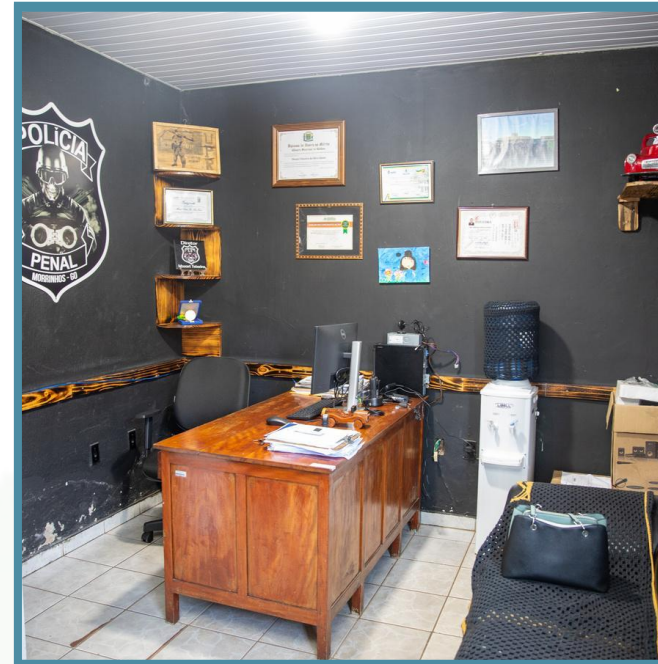
**CELAS**

# PRESÍDIO REGIONAL DE MORRINHOS

(14/05/2024)



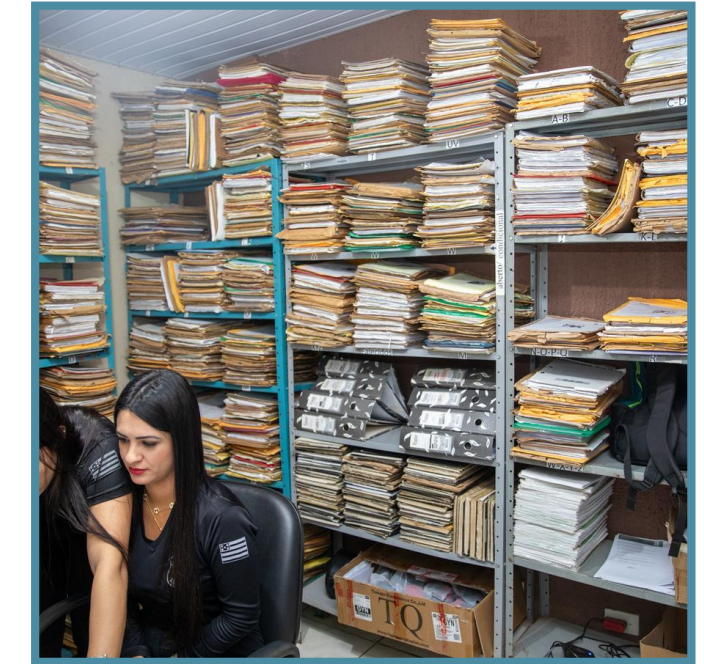
**ENTRADA DO PRESÍDIO**



**ADMINISTRAÇÃO**



**ESPAÇO ODONTOLÓGICO**



**ADMINISTRAÇÃO**



**REMIÇÃO POR TRABALHO**



**REMIÇÃO POR TRABALHO**



**REMIÇÃO POR TRABALHO**



**REMIÇÃO POR TRABALHO**

# PRESÍDIO REGIONAL DE MORRINHOS

(14/05/2024)



**BANHO DE SOL**



**CELAS**



**REFEIÇÃO**



**CELAS**



**REMIÇÃO POR TRABALHO**



**CELAS**



**CELAS**



**RAIO-X**

# PRESÍDIO REGIONAL DE ALEXÂNIA

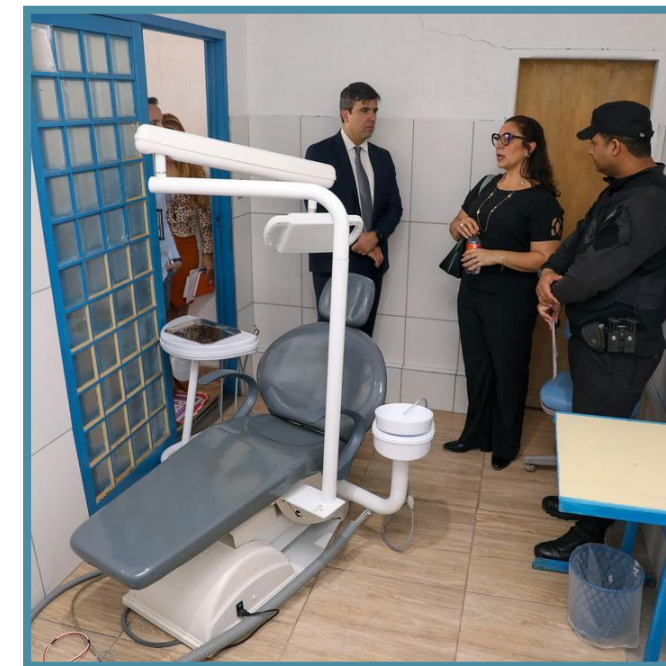
(20/05/2024)



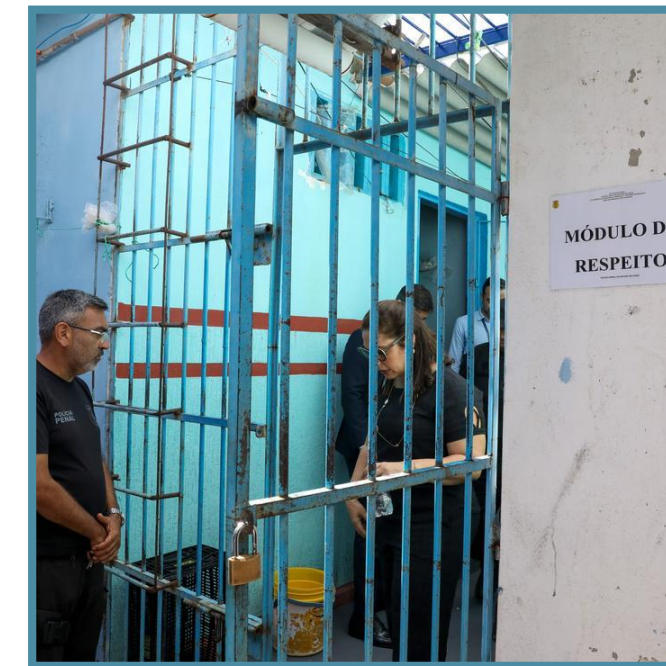
**ENTRADA DO PRESÍDIO**



**ESPAÇO LÚDICO**



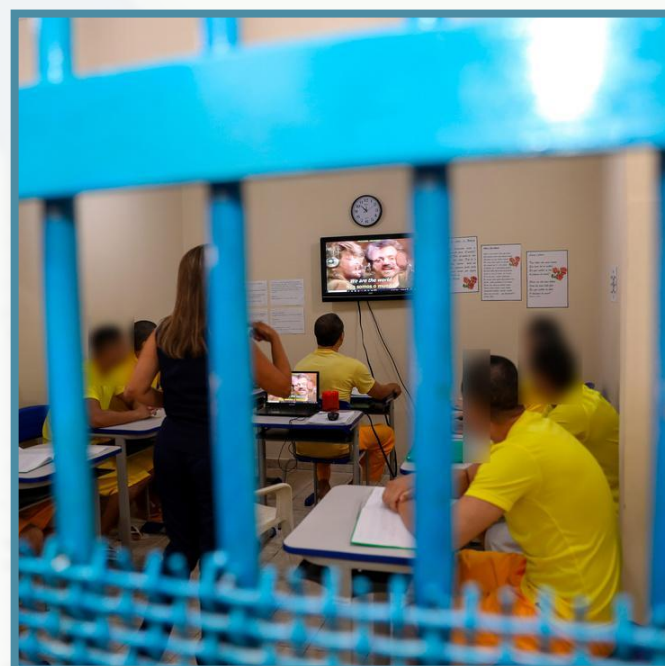
**ESPAÇO ODONTOLÓGICO**



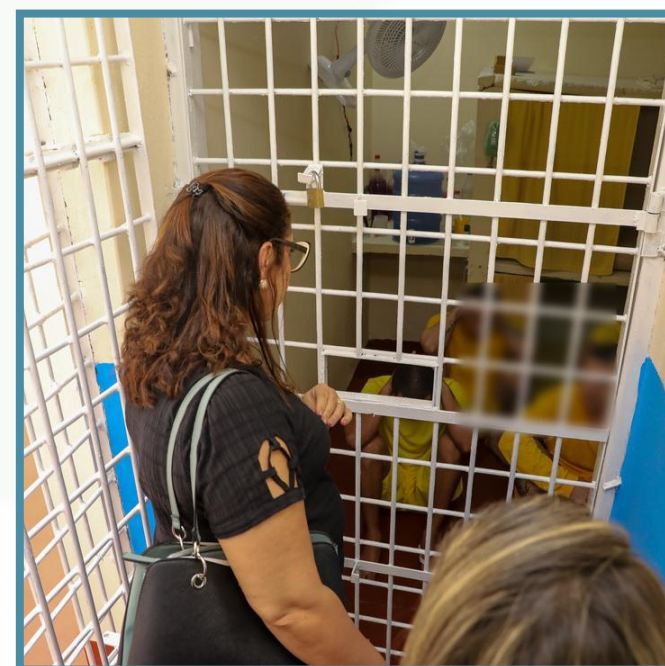
**CELAS**



**REFEIÇÕES**



**REMIÇÃO POR ESTUDO**



**CELAS**



**CELAS**

# CASA DE PRISÃO PROVISÓRIA DE FORMOSA

(19/08/2024)



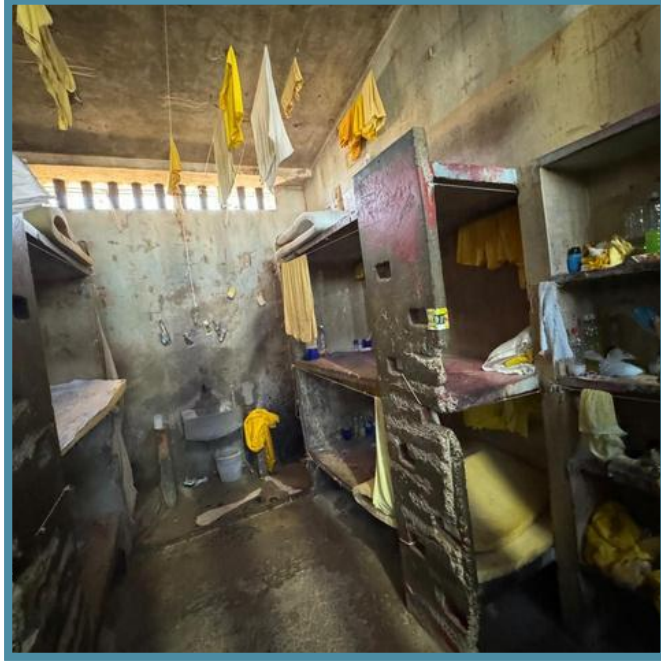
**ENTRADA DO PRESÍDIO**



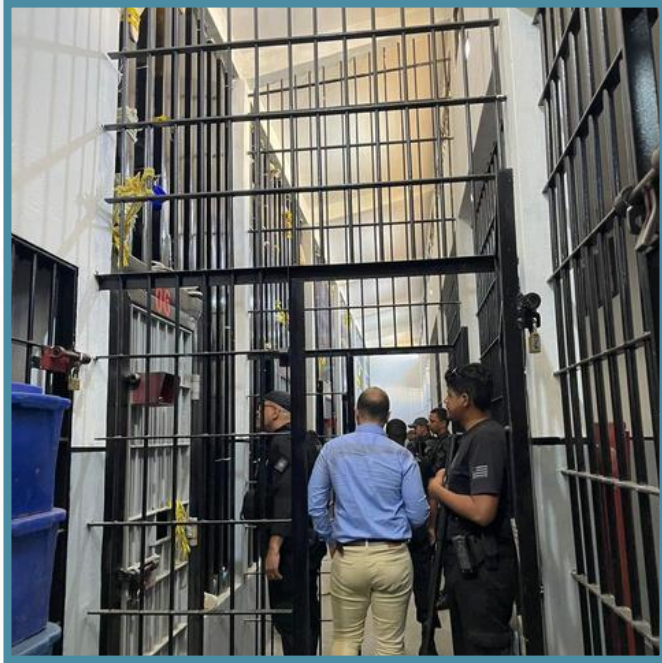
**EXTERIOR DO PRESÍDIO**



**ADMINISTRAÇÃO**



**CELAS**



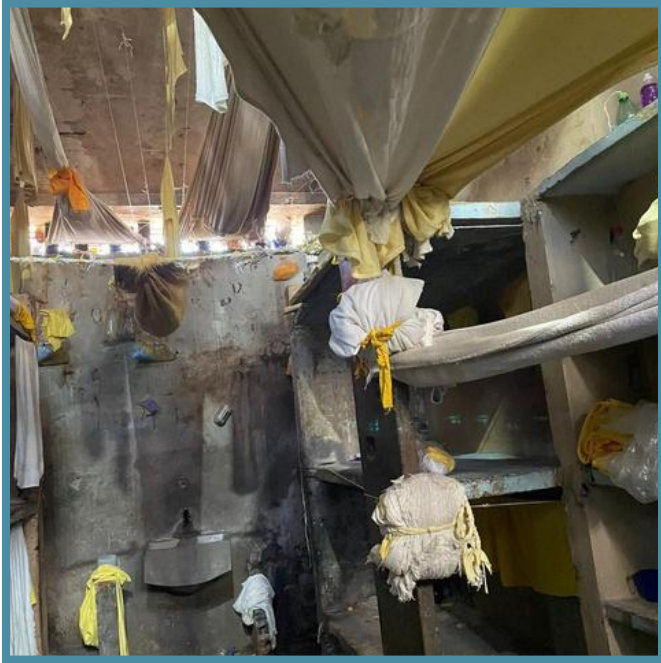
**CELAS**



**CELAS**



**CELAS**



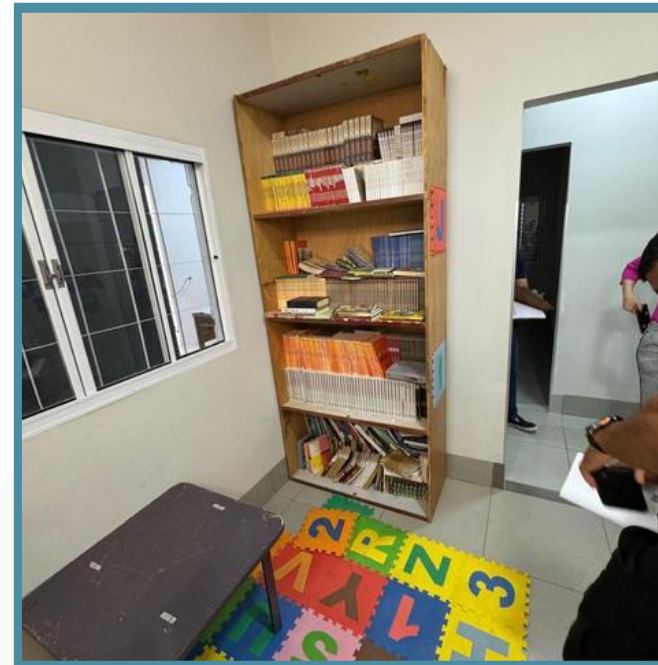
**CELAS**

# PRESÍDIO REGIONAL FEMININO DE FORMOSA

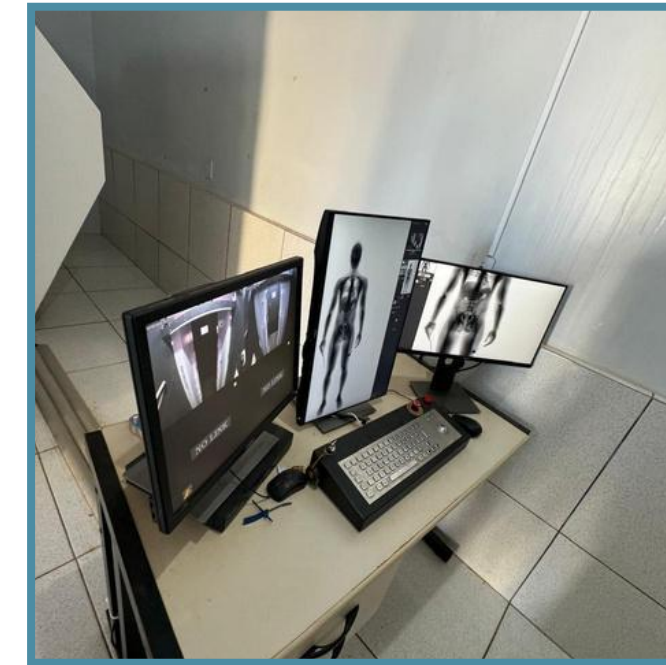
(19/08/2024)



**ENTRADA DO PRESÍDIO**



**ESPAÇO LÚDICO**



**RAIO-X**



**REMIÇÃO POR TRABALHO**



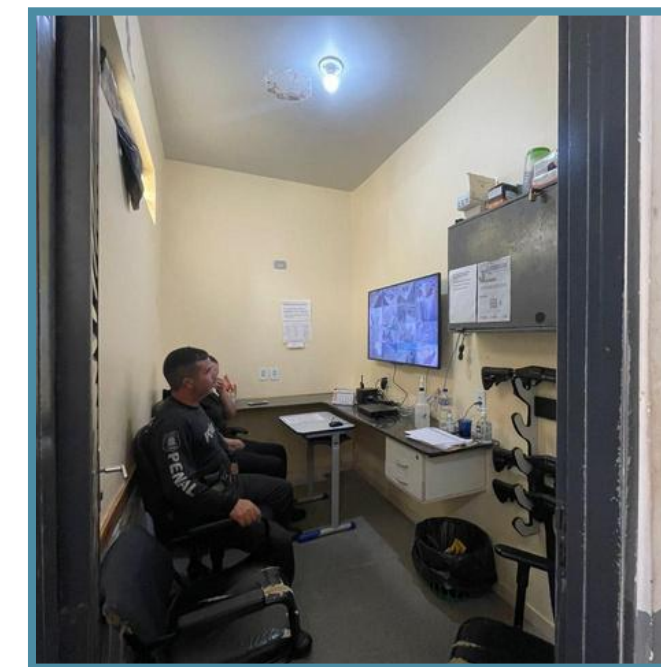
**REMIÇÃO POR TRABALHO**



**BIBLIOTECA**



**ESPAÇO LÚDICO**



**ADMINISTRAÇÃO**



# GMIE

Grupo de Monitoramento  
e Fiscalização

E-MAIL: [GMF@TJGO.JUS.BR](mailto:GMF@TJGO.JUS.BR) - CONTATO: (62) 3018-8149

AV. OLINDA, 722 - QD G, LT. 04 - PARK LOZANDES - GOIÂNIA, GOIÁS - FÓRUM CÍVEL